UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso

A relação entre museus e turismo a partir do olhar de gestores e museólogos dos museus pelotenses (Pelotas - RS).

Aline Regiane de Jesus Mota

Pelotas, 2020

Aline Regiane de Jesus Mota

A relação entre museus e turismo a partir do olhar de gestores e museólogos dos museus pelotenses (Pelotas - RS).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Profª. Drª. Noris Mara Pacheco Martins Leal

Coorientadora: Profª. Msc. Alice Islabão Lopes

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

M917r Mota, Aline Regiane de Jesus

A relação entre museus e turismo a partir do olhar de gestores e museólogos dos museus pelotenses (Pelotas - RS) / Aline Regiane de Jesus Mota ; Noris Mara Pacheco Martins Leal, Alice Islabão Lopes, orientadoras. — Pelotas, 2021.

107 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Museus. 2. Turismo. 3. Políticas públicas. 4. Desenvolvimento socioeconômico. 5. Pelotas. I. Leal, Noris Mara Pacheco Martins, orient. II. Lopes, Alice Islabão, orient. III. Título.

CDD : 069

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Aline Regiane de Jesus Mota

A relação entre museus e turismo a partir do olhar de gestores e museólogos dos museus pelotenses (Pelotas - RS).

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 15/06/2021

Banca examinadora:

Profª. Drª. Noris Mara Pacheco Martins Leal
Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas.

Profª. Drª. Juliane Conceição Primon Serres
Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Dedico este trabalho à Regina e Antonio, que incentivam incondicionalmente meus sonhos, mesmo diante das dificuldades, por sempre acreditarem que eu posso ir além.

Agradecimentos

Tenho muito e muitos que agradecer.

Agradeço aos meus pais por todo o apoio que me dão, pelo esforço empreendido e pelo amor dedicado.

Agradeço à Noris Leal e Alice Islabão, por me acolherem nesta caminhada de construção da monografia, por toda a paciência, orientações e boas risadas compartilhadas.

Agradeço aos trabalhadores de museus que aceitaram participar desta pesquisa, compartilhando um pouco de suas vivências e anseios.

Agradeço à Universidade Federal de Pelotas, e à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, por todos estes anos de apoio. Foram essenciais para que eu pudesse realizar meu maior sonho.

Agradeço ao Programa de Bolsas de Iniciação à Extensão e Cultura da UFPel, ao CNPq e à FAPERGS, que me possibilitaram aprender tanto durante a graduação, somando experiências e enriquecendo meus conhecimentos.

Agradeço ao Santander Universidades e seu Programa de Bolsas Ibero-Americano pela oportunidade, através da qual pude realizar meu segundo maior sonho.

Agradeço à Universidad de Salamanca e sua equipe de acolhimento aos alunos internacionais. Foi uma das experiências mais incríveis que já vivi.

Agradeço à equipe do Museu do Doce, o museu do meu coração. Sou eternamente grata pela família que ali construí.

Agradeço à todos os meus professores e professoras do Departamento de Museologia da UFPel, aos quais devo tanto e tenho imensa admiração. Por onde quer que eu vá, sempre vou levar um pouquinho de vocês.

Por último, mas não menos importante, agradeço imensamente a todas as amizades e histórias que construímos ao longo dos últimos anos:

À Rochele Valente e Bruno Oliveira, agradeço pelas minhas conversas mais leves, sinceras e empolgantes. Por sempre me fazerem perceber com qualquer sorriso que, sim, está tudo bem.

À Carolina Nogueira, Lisiane Gastal e Lucas Pouey, meus companheiros de cerveja, de trabalhos acadêmicos com prazos duvidosos e de perrengues estranhos, que saudades!

À Miriã Mota e Jackeline Mota, amigas queridas com quem compartilho o mesmo sobrenome. Apesar de não se conhecerem, considero realmente as duas como minhas irmãzinhas, de quem cuido e por quem sou cuidada.

À Marina Monteiro e Ariana Coelho, amigas maravilhosas, cujas risadas e desabafos quase diários compartilhados, têm sido um bálsamo nesses tempos difíceis de pandemia. Nossas risadas fazem a diferença!

À Julia Stenico, minha amiga de infância, agradeço pelo reencontro, por todos os cafés com fofocas, as risadas e os surtos que empreendemos juntas.

À Elaine, Rafaela e Manuela Andreoti, amigas queridas e valiosas, das quais sinto saudades todos os dias.

São tantas as pessoas pelas quais sou grata, que seguramente esqueci de citar vários nomes, porém todos estão em meu coração. Sou grata pela existência de cada um de vocês!

RESUMO

MOTA, Aline Regiane de Jesus. **A RELAÇÃO ENTRE MUSEUS E TURISMO A PARTIR DO OLHAR DOS GESTORES E MUSEÓLOGOS DOS MUSEUS PELOTENSES (PELOTAS - RS)**. Orientadora: Noris Mara Pacheco Martins Leal. 2021. Monografia (Bacharelado em Museologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

A pesquisa aqui desenvolvida buscou compreender como a relação entre os museus e o turismo é percebida pelos gestores e museólogos dos museus pelotenses e de que forma o turismo pode contribuir para o desenvolvimento dos museus e melhoria da comunicação com seus públicos. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, revisão bibliográfica e análise documental de políticas nacionais e locais. Apesar da trajetória de conquistas na construção de políticas públicas na área cultural nas últimas décadas, constatou-se a falta de consistência e estabilidade nas legislações culturais e em suas aplicações, diretamente impactadas pelas oscilações no cenário político brasileiro, aspectos que foram amplamente pontuados pelos entrevistados. A relação estabelecida entre os museus e o turismo apresentou-se com potencial de agregar diversos benefícios mútuos entre as áreas, cujas atividades, se desenvolvidas de forma planejada e sustentável, resultam em desenvolvimento social e econômico, trazendo benefícios para a comunidade a qual o museu está vinculado.

Palavras-chave: Museus. Turismo. Políticas Públicas. Desenvolvimento Socioeconômico. Pelotas.

ABSTRACT

MOTA, Aline Regiane de Jesus. **THE RELATIONSHIP BETWEEN MUSEUMS AND TOURISM FROM THE VIEW OF MANAGERS AND MUSEOLOGISTS OF PELOTENSE MUSEUMS (PELOTAS - RS)**. Advisor: Noris Mara Pacheco Martins Leal. 2021. Monograph (Bachelor of Museology) - Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

The research developed here sought to understand how the relationship between museums and tourism is perceived by managers and museologists of museums in Pelotas and how tourism can contribute to the development of museums and improve communication with their audiences. For that, semi-structured interviews, bibliographical review and documental analysis of national and local policies were carried out. Despite the trajectory of achievements in the construction of public policies in the cultural area in recent decades, there was a lack of consistency and stability in cultural legislation and its applications, directly impacted by fluctuations in the Brazilian political scenario, aspects that were widely highlighted by the interviewees. The relationship established between museums and tourism has the potential to add several mutual benefits between areas, whose activities, if developed in a planned and sustainable manner, result in social and economic development, bringing benefits to the community to which the museum is bound.

Keywords: Museums. Tourism. Public policy. Socioeconomic Development. Pelotas.

Lista de Figuras

Figura 01	Funcionários da Confeitaria Nogueira posam para foto…….	40
Figura 02	Público na 1ª edição da FENADOCE…….	42
Figura 03	Inauguração do Chafariz das Nereidas pelo Ministro da Cultura Gilberto Gil, acompanhado do Prefeito Fernando Marroni e da Reitora da UFPel, Profª Inguelore Scheunemann - 2003……	45
Figura 04	Sede do Museu do Doce da UFPel, após restauro finalizado em 2013……..	50
Figura 05	Fachada principal do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo em sua nova sede, situado no centro histórico de Pelotas……...	51
Figura 06	Fachada principal do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter em sua nova sede, situado no centro histórico de Pelotas…….	52
Figura 07	Fachada principal da Bibliotheca Pública Pelotense, situada no centro histórico de Pelotas, a qual abriga o Museu da Bibliotheca Pública Pelotense…….	54
Figura 08	Fachada principal do Museu Municipal Parque da Baronesa, localizado na Av. Domingos José de Almeida, 1490……...	55
Figura 09	Fachada principal do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, localizado na Vila Maciel, 8º distrito de Pelotas……...	56
Figura 10	Fachada principal do Museu Espaço Cultural da Etnia Francesa…….	57
Figura 11	Fachada principal do Museu Gruppelli……..	58
Figura 12	Gráfico sobre a pergunta “O museu possui cargo para museólogo?”.....	62
Figura 13	Gráfico sobre a pergunta “O museu costuma receber turistas com que frequência?.....	64
Figura 14	Gráfico sobre a pergunta “A Instituição sabe qual o seu percentual do público de turistas em relação aos outros?”.....	65
Figura 15	Gráfico sobre a pergunta “O museu desenvolve alguma parceria (outras instituições, empresas, membros da	

sociedade civil, etc) que vise aumentar ou melhorar sua comunicação com o público de turistas?”..... 67

Figura 16 Gráfico sobre a pergunta “A gestão do museu tem conhecimento de políticas públicas direcionadas ao fomento e incentivo do turismo em museus?”..... 70

Lista de Abreviaturas e Siglas

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPP	Bibliotheca Pública Pelotense
CNM	Cadastro Nacional de Museus
COMPHIC	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural
DEMU/IPHAN	Departamento de Museus e Centros Culturais
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EBA	Escola de Belas Artes
FENADOCE	Feira Nacional do Doce
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	International Council of Museums
IFSUL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional
MALG	Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo
MECOM	Museu Etnográfico da Colônia Maciel
MHBPP	Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense
MinC	Ministério da Cultura
MTur	Ministério do Turismo
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMT	Organização Mundial do Turismo
PATRAM	Patrulha Ambiental da Brigada Militar
PNM	Política Nacional de Museus
SBM	Sistema Brasileiro de Museus

SDETI	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação
SECULT	Secretaria Municipal de Cultura
SMC	Sistema Municipal de Cultura
SMM	Sistema Municipal de Museus
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

1 Introdução……... 14

2 Museus e Turismo…… 17

2.1 Museus……... 17

2.2 Turismo……... 26

2.3 Museus e Turismo…… 32

3 Os Museus Pelotenses……... 37

3.1 Pelotas……..... 37

3.2 Os Museus de Pelotas……. 48

4 A relação entre Museus e Turismo sob o olhar de gestores e museólogos dos museus pelotenses…….. 60

4.1 Diretrizes Institucionais e aspectos de relacionamento com os turistas……..…… 61

4.2 Frequência do público de turistas e estratégias de atuação institucional... 64

4.3 Políticas públicas e seus reflexos nos museus pelotenses…… 68

5 Considerações Finais……... 74

Referências Bibliográficas…..……... 77

Apêndices……..... 82

1 Introdução

O interesse em abordar o tema da relação entre os museus e o turismo foi suscitado ao longo da minha graduação em museologia, tema no qual observava grande potencialidade, porém, grande defasagem na abordagem realizada em sala de aula durante a graduação.

No ano de 2018/2, fui contemplada com uma bolsa de estudos do Santander Ibero-americano, através da qual tive a possibilidade de estudar na Universidad de Salamanca, na Espanha, durante o primeiro semestre de 2019. Neste período, tive a oportunidade de vivenciar outras experiências museológicas em museus de médio e grande porte, não só espanhóis, mas também de algumas outras capitais europeias. Já é sabida a profunda relação que estes países estabelecem com o turismo, e os museus são parte importante disso, uma vez que atraem grande contingente de público todos os anos. Diante do exposto, surgiram alguns questionamentos, como: De que maneira o turismo pode contribuir para o desenvolvimento dos museus, tornando-os mais participativos e ampliando sua comunicação com o público? Aqui no Brasil, existe também a preocupação pública, isto é, no âmbito das políticas públicas em relação ao fomento e incentivo dos museus em relação ao turismo? Quais são elas? Além disso, será que esta relação é pensada pelos gestores e museólogos, visto que os museus brasileiros, na sua grande maioria, sofrem pela falta de recursos (sejam eles de ordem humana, financeira ou material) necessários? Quais seriam as estratégias e ações empregadas por eles neste sentido?

A partir destes questionamentos iniciais é que a pesquisa se desenvolveu. Buscou-se compreender de que maneira as políticas públicas direcionadas à preservação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro, com ênfase no fomento ao turismo, alcançam os museus pelotenses, e de que maneira estes desenvolvem ações que visem melhorar a relação institucional com seu público de turistas. Para tanto, foram analisadas importantes ações e documentos para o campo do patrimônio cultural no Brasil, dialogando esta análise com as reflexões propostas por autores, como: Krzysztof Pomian (1984), Letícia Julião (2006), Waldisa Rússio (1981), Ycarim Barbosa (2002), Roberto Da Matta (1986), Reinaldo Dias (2010), Flávia Costa (2009), Joana Marques (2013), Aline Bacelar (2020), Jonas Vargas (2014), Noris Leal (2019), Fabiane Marroni (2008), Maria Letícia Ferreira (2008), Dary Pretto Neto (2019), entre outros.

Desta maneira, o trabalho foi dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo, foi subdividido entre três temáticas, sendo elas: Museus, Turismo, e Museus e Turismo. No subcapítulo Museus, buscou-se apresentar um breve histórico dos museus, seu surgimento e função; discorrendo sobre a elaboração de importantes eventos e documentos cujas discussões representaram um grande impacto na configuração das políticas públicas na área do patrimônio cultural no Brasil, como a Declaração do Rio de Janeiro - ICOM (1958) e a Declaração de Quebec - ICOM (1984). Também buscou-se apresentar e discutir as ações que deram origem à Política Nacional de Museus (2003), com foco em suas preocupações e estratégias de ação em torno da relação entre museus e seus públicos; apresentar e discutir o Fórum Nacional de Museus e sua importância, exemplificando com as ações em torno da relação entre museus e turismo desenvolvidas no Relatório do 2º Fórum Nacional de Museus (2006); e analisar o Programa de Qualificação de Museus para o Turismo (IBRAM, 2010), de modo a constatar sua abrangência e efetividade.

No subcapítulo Turismo, buscou-se apresentar um breve histórico dos museus, seu surgimento e função; apresentando as discussões sobre a importância da conservação do patrimônio cultural para o desenvolvimento das atividades turísticas propostas pela Carta de Turismo Cultural (ICOMOS, 1976) e seus reflexos na construção da Política Nacional de Turismo (2008). Também buscou-se apresentar a classificação de turismo apresentada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), situando a delimitação da pesquisa nas classificações de Turismo doméstico e de Turismo receptivo; além de tecer uma reflexão acerca do Turismo Cultural, a modalidade de turismo mais interessante para as instituições museológicas.

No subcapítulo Museus e Turismo, propõe-se uma reflexão em relação às potencialidades envolvidas na maior aproximação entre os museus e o turismo, apresentando discussões acerca da convergência de interesses pela Educação para o Patrimônio, do potencial aumento e diversificação dos públicos nos museus, do desenvolvimento de parcerias que podem gerar benefícios a ambas as áreas, da geração de renda local, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da comunidade, bem como instigando o sentimento de reconhecimento e valorização das comunidades do entorno do museu em relação a seu patrimônio cultural. Também são discutidos aspectos do chamado “hibridismo cultural” (MARQUES,

2013), e dos riscos que a falta de planejamento podem acarretar para a preservação do patrimônio cultural, refletindo também sobre as estratégias elaboradas neste sentido pelos Compromisso de Brasília (1970) e Compromisso de Salvador (1971).

O segundo capítulo foi dividido em dois subcapítulos, intitulados: Pelotas, e Os Museus de Pelotas. No primeiro, buscou-se apresentar um breve histórico da cidade de Pelotas, dos elementos de fundação e desenvolvimento. Em seguida, buscou-se evidenciar a cidade como detentora de tradições culturais e patrimônio histórico relevantes, expressos em reconhecimentos em forma de tombamentos e registros patrimoniais a nível federal, estadual e municipal, participando ainda de importantes políticas públicas de revitalização do patrimônio histórico, como é o caso do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (Programa Monumenta). Seu rico patrimônio histórico atrelado a riqueza de seu patrimônio imaterial, são entendidos como potenciais atrativos turísticos, tendo como exemplo representativo, a realização da Feira Nacional do Doce - FENADOCE, além de ser entendida como um importante polo educacional do estado. No segundo subcapítulo, buscou-se apresentar reflexões acerca da criação e implementação do Sistema Municipal de Museus pela Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas (SECULT), discorrendo sobre a escolha dos museus analisados e tecendo um breve histórico sobre cada um deles.

O terceiro capítulo apresenta a análise das entrevistas realizadas, evidenciando as impressões dos trabalhadores dos museus pelotenses participantes em relação aos questionamentos propostos, ao mesmo tempo em que buscou-se dialogar os resultados com as reflexões propostas ao longo do trabalho.

Esta proposta de investigação, consiste em um estudo qualitativo, por avaliar que seja o mais adequado para a temática, pelo fato desta ser indicada para trabalhos que visem mais a compreensão de aspectos subjetivos, relacionais e conjunturais, o que é difícil ser avaliado através de números**.** A metodologia utilizada se pautou na revisão bibliográfica do tema e problemática propostos. Devido à nova dinâmica de trabalho e desafios impostos pela pandemia de Covid-19 e das medidas de restrição social na qual nos encontramos desde meados de 2020, para o levantamento de dados da pesquisa, optou-se pelas entrevistas semi-estruturadas, enviadas por correio eletrônico aos participantes. Foram contactadas 8 instituições, em um total de 14 pessoas. A entrevista semi-estruturada foi enviada ao e-mail institucional dos 8 museus, bem como ao e-mail pessoal de seus gestores e de seus

museólogos. A soma total das pessoas contactadas é 14 devido a especificidade do Museu Espaço Cultural da Etnia Francesa e do Museu Gruppelli, cujos gestores são os únicos responsáveis (os demais integrantes são bolsistas temporários, conseguidos através de editais de projetos vinculados à UFPel e voluntários).

Para analisar os museus escolhidos, foi utilizado como base o Sistema Municipal de Museus. Este sistema foi criado no ano de 2006, pela SECULT, e encontra-se inativo atualmente.

Dentre as atividades e materiais elaborados durante seu tempo de atividade, está o lançamento de um folder informativo aos turistas, com objetivo de listar e fazer um breve resumo sobre cada um dos 18 museus da cidade de Pelotas. Entretanto, para o desenvolvimento desta pesquisa, foi necessário realizar um recorte, devido à situação de inatividade ou não abertura ao público em que vários deles se encontram, contrariando uma das funções essenciais das instituições museológicas que é estar aberto ao público. Desta maneira, optou-se por analisar somente 8 dos 18 museus listados pelo Sistema Municipal de Museus, sendo eles: o Museu do Doce da UFPel, Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, Museu da Biblioteca Pública Pelotense, Museu Municipal Parque da Baronesa, Museu Etnográfico da Colônia Maciel, Museu Espaço Cultural da Etnia Francesa e Museu Gruppelli.

2 Museus e Turismo

2.1 Museus

Ao longo de sua trajetória, os museus passaram por diversos momentos históricos que proporcionaram importantes mudanças estruturais, conceituais e relativas a sua funcionalidade e objetivos. Se durante muito tempo os museus tinham como principal motivação reunir e guardar os testemunhos dos grandes feitos da humanidade e das provas de existência dos mais exóticos e primitivos tipos de civilização ao redor do mundo, local de afirmação do poder e da erudição de pequenos grupos da elite, durante o século XVII passaram a incluir entre suas funções a divulgação destes conhecimentos.

Como marco deste movimento, temos a abertura ao público do *British Museum*, em 1759, seis anos após sua inauguração. Esta abertura fez parte de um movimento mais amplo, impulsionado pelas crescentes pressões da “camada média da sociedade”, composta por artistas, sábios, escritores, entre outros, que não detinham o poder econômico e social para possuir ou ter acesso a estas coleções, mas que precisavam delas para suas atividades profissionais. Estes foram essenciais para que o acesso às grandes bibliotecas e museus fossem flexibilizados. Segundo Krzysztof Pomian (1984, p. 81 - 82),

> É à sua demanda que respondem os particulares e os detentores do poder que, a partir do início do século XVII, empreendem primeiro a fundação de bibliotecas públicas e depois também de museus; ainda que alguns deles fossem também movidos por preocupações religiosas. [...] Em 1753, o Parlamento britânico cria o British Museum a partir de colecções adquiridas a Hans Sloane. Depois, o movimento acelera-se e propaga-se noutros países europeus.

Apesar desta abertura ao público contemplar ainda uma pequena parcela da sociedade, representa um marco importante da consciência de que os objetos e conhecimentos que se encontram no interior dos museus, deveriam alcançar uma maior quantidade de pessoas e estar disponíveis para o acesso do público. Durante o século XIX, ocorreu uma grande profusão de museus ao redor do mundo. Na Europa, foram abertas importantes instituições museológicas de caráter nacional, que passaram a concentrar patrimônio artístico, natural e etnográfico de diversas regiões do mundo, nutridas por suas expedições científicas em territórios colonizados, espólios e grandes doações realizadas por famílias poderosas. Segundo Letícia Julião (2006, p. 19),

> Concebidos dentro do “espírito nacional”, esses museus nasciam imbuídos de uma ambição pedagógica — formar o cidadão, através do conhecimento do passado — participando de maneira decisiva do processo de construção das nacionalidades. Conferiam um sentido de antigüidade à nação, legitimando simbolicamente os Estados nacionais emergentes.

No Brasil, não foi diferente. O século XIX marca a criação dos primeiros museus brasileiros, tendo como marco a fundação do Museu Real (atualmente, Museu Nacional), em 1818, por iniciativa de Dom João VI, em uma tentativa de adequar a colônia aos mais modernos ideias de civilização vigentes. Segundo Julião (2006), no mesmo período, destacam-se ainda a criação do Museu do Exército (1864), Museu da Marinha (1868), Museu Paranaense (1876), Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894), Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e Museu Paulista (1894).

Desta maneira, podemos observar uma gradual mudança do entendimento da função e potencialidade das instituições museológicas, desde a abertura do primeiro museu ao público no século XVII, em uma tentativa de flexibilizar o acesso às coleções até então permitidos somente a elite política e econômica, até a proliferação dos grandes museus nacionais no século XIX, ainda com objetivos pautados na consolidação e manutenção de poder dos Estados Nacionais emergentes, utilizados, desta maneira, como ferramentas de validação da história oficial e de seus símbolos.

O século XX foi marcado por sucessivos debates teóricos e metodológicos na área dos museus e da Museologia. Acompanhados pela intensa dinâmica social, política e econômica do período, os museus buscaram se reposicionar dentro desta nova sociedade, com demandas cada vez mais plurais, na medida em que as pautas sociais de grupos minoritários e historicamente marginalizados são cada vez mais discutidas à luz do debate público, e, também se tornam cada vez mais específicas, já que o constante esforço teórico e prático de se reafirmar como sociedade, com expressões culturais e ancestralidades diversas, implica em grau de especificação e singularidade que os museus contemporâneos passam a ter que compreender, para melhor poder construir suas políticas e ações.

Em 1958, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, um grande evento promovido pelo ICOM (*International Council of Museums*), que reuniu especialistas da Museologia e de áreas do conhecimento correlatas de todo o mundo, para discutir os novos desafios contemporâneos que os museus estavam enfrentando e elaborar

estratégias conjuntas para se adequar às novas demandas existentes. Durante 5 dias, o grupo de especialistas debateu pontos cruciais para o desenvolvimento dos museus, visitou diversas instituições museológicas da cidade do Rio de Janeiro e diversos bens patrimoniais[1], muitos dos quais, atualmente, são tombados por instâncias federais, estaduais ou municipais.

O evento, organizado pelo ICOM, órgão reconhecidamente de caráter conservador, tem como cerne de sua discussão a função educativa dos museus. A chamada Declaração do Rio de Janeiro, de 1958, pela primeira vez, trouxe a preocupação com o público e a qualidade educativa da comunicação do museu com seu interlocutor como preocupação primária dentro de um evento com o porte dos Seminários Regionais da UNESCO. Dentro do item "Conclusões do Seminário", o documento salienta que:

> O museu pode trazer muitos benefícios à educação. Esta importância não deixa de crescer. Trata-se de dar à função educativa toda a importância que merece, sem diminuir o nível da instituição, nem colocar em perigo o cumprimento das outras finalidades não menos essenciais: conservação física, investigação científica, deleite, etc. (DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 1958, p. 2)

O documento, ainda, salienta a preocupação dos participantes do Seminário com a efetividade da comunicação proposta aos visitantes, demonstrando a intenção em discutir estratégias que possibilitassem um alargamento do acesso a pessoas de diferentes origens sociais, níveis de escolaridade e poder econômico aos museus, e de que forma estas instituições poderiam comunicar seus objetos e exposições de maneira inteligível a todo tipo de público, o que pode ser observado no seguinte trecho da Declaração do Rio de Janeiro, na qual afirma que "Pode-se ainda falar de uma exposição polivalente. Mas o museu desempenhará por completo sua missão educadora, com diversas exposições especializadas, que correspondam aos diferentes níveis dos visitantes" (1958, p. 4).

Embalados pelo movimento de 1968[2], com reivindicações que se espalharam

[1] A região é conhecida por seu patrimônio cultural e natural exuberante, passando a integrar a lista de Patrimônios Culturais da Humanidade, pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 1º de julho de 2012, sob a inscrição de "Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar", compreendendo parte das montanhas do Parque Nacional da Tijuca, Jardim Botânico, Montanhas do Corcovado, estátua do Cristo Redentor, e os morros ao redor da Baía de Guanabara. Também pela inscrição, em 1º de março de 2017, do "Cais do Valongo – Rio de Janeiro (RJ)", principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas. Disponível em:<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em: 25 de abr. de 2021.

[2] Os movimentos de 1968 tiveram início na França, com as agitações estudantis em maio do mesmo ano, e que estão inseridas em um contexto de efervescência de ideias, fruto de um período de ideais revolucionários e movimentos de contracultura, que se espalharam pelo mundo dando origem a

para vários países do mundo assumindo as realidades locais e gerando protestos contra a violência, o totalitarismo e a desigualdade social, é que ocorreu em 1972 a Mesa Redonda de Santiago do Chile, voltada para os desafios museais na América Latina, que deram início a discussão e aplicação dos preceitos da Nova Museologia, que apareceria como conceito somente na Declaração de Quebec. Ao discorrer sobre a Nova Museologia, o documento afirma que:

> Ao mesmo tempo em que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia atual, a nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo em que as associa aos projetos de futuro. Este novo movimento põe-se decididamente ao serviço da imaginação criativa, do realismo construtivo e dos princípios humanitários definidos pela comunidade internacional. Torna-se, de certa forma, um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento cíclico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca. (DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1984, p. 2)

A Nova Museologia coloca as pessoas e suas expressões culturais como o centro da preocupação dos museus, mais uma vez, afirmando a necessidade de se repensar as ações excessivamente centradas nos acervos e suas coleções. O próprio fato museal, cunhado por Waldisa Rússio, explicita a profundidade em que o homem é necessário para que os processos museológicos ocorram, e os museus tenham então motivo de existência. O fato museal é compreendido como:

> [...] a relação profunda entre o homem, sujeito conhecedor, e o objeto, parte da realidade à qual o homem pertence igualmente e sobre a qual ele tem o poder de agir. Essa relação comporta diversos níveis de consciência e o homem pode apreender o objeto por meio dos seus sentidos: visão, audição, tato, etc. (RÚSSIO, 1981, p. 58)

Na mesma linha do aumento das preocupações com o acesso do público aos conteúdos produzidos no interior dos museus e de sua adequação às novas demandas sociais cada vez mais latentes, apresentadas nos documentos bases da museologia citados anteriormente, e de acordo com os preceitos suscitados pela Nova Museologia, várias outras ações começaram a ser produzidas em âmbito nacional e internacional. No Brasil, este cenário serviu como base para a construção de uma política nacional para o campo dos museus, que se traduz em um

---

diversos protestos, somados a acontecimentos como a Guerra do Vietnã (1959 - 1975), o assassinato de Martin Luther King, as lutas contra os regimes militares em países da América Latina e pela descolonização em países da África. Disponível em:<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/maio-1968.htm>. Acesso em: 29 de maio de 2021.

documento publicado no ano de 2003, onde estavam colocados os eixos programáticos que seriam implementados pelo governo federal em parceria com estados e municípios. A Política Nacional de Museus (PNM), foi construída de maneira participativa com vários setores públicos, privados e membros da sociedade civil amplamente ligados ao campo da Museologia, e tendo à frente da iniciativa o então Departamento de Museus/Ministério da Cultura, com o objetivo de promover a valorização, preservação e fruição do patrimônio cultural brasileiro, além de promover a revitalização de instituições museológicas em funcionamento por todo o território nacional e fomentar a criação de outras novas. (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS, 2003).

Este movimento foi essencial para o desenvolvimento dos museus brasileiros, na medida em que viabilizou a criação do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), da abertura de diversos cursos de especialização na área, incluindo a abertura de graduações e pós-graduações por todo o país, além de organizar uma base de informações que foram essenciais para políticas de financiamento e incentivo fiscal. Em entrevista com José do Nascimento Júnior, ex-diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU/IPHAN), primeiro presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) de 2009 a 2013 e Coordenador da implantação da Política Nacional de Museus de 2003 a 2013, realizada no dia 17 de setembro de 2014, sobre os avanços que a elaboração de uma política nacional para a área dos museus suscitou, ele afirma que,

> Fizemos algo inovador, e agora, os diretores de museus nacionais tem que passar por uma seleção pública, por uma comissão que avalia sua capacidade de gestão. Formulou-se a ideia, também, do Museu associado, a reformulação do Comitê Gestor do SBM, de instrumentos como Cadastro Nacional, e inúmeros outros temas que estão presentes na Política Nacional de Museus, que foram traduzidos na legislação. (MICHELON; LEAL, 2014, p. 16)

Este momento é considerado como um marco na trajetória das instituições museológicas brasileiras e de todo o campo da Museologia, uma vez que este conjunto de ações movimentou considerável parcela de recursos humanos e financeiros, alcançando resultados até então inéditos em território nacional, como os descritos acima. Seu comprometimento com o avanço da qualidade, democratização dos acervos e responsabilidade da área da Cultura, e, mais especificamente da área dos museus, para o desenvolvimento social é evidente em suas ações e reverbera no documento produzido em 2003, compromisso este salientado no seguinte trecho:

> Numa sociedade complexa como a brasileira, rica em manifestações culturais diversificadas, o papel dos museus, no âmbito de políticas públicas de caráter mais amplo, é de fundamental importância para a valorização do patrimônio cultural como dispositivo estratégico de aprimoramento dos processos democráticos. A noção de patrimônio cultural, do ponto de vista museológico, implica a abertura para o trato com o tangível e o intangível, a dimensão cultural pressuposta na relação dos diferentes grupos sociais e étnicos com os diversos elementos da natureza, bem como o respeito às culturas indígenas e afrodescendentes. (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS, 2003, p. 8)

Entretanto, mesmo com o intenso esforço realizado de sistematizar e organizar as ações e políticas museológicas no plano nacional, existe uma grande dificuldade em estas políticas se capilarizarem dentro dos estados e municípios brasileiros, se fazendo necessário que as pessoas que trabalham na área do patrimônio estejam em constante vigilância e reivindicação junto a estes órgãos, para quê os direitos conquistados nestas legislações sejam realmente cumpridos. (MICHELON; LEAL, 2014). Somados aos desafios naturalmente impostos em relação ao fortalecimento das políticas nacionais na área dos museus, estão os constantes cortes de verba, cada vez mais agressivos na área da Cultura, e da reestruturação de legislações e importantes órgãos culturais que impactam diretamente na manutenção e desenvolvimento democrático das instituições museológicas brasileiras, como é o caso, mais recente, da Extinção do Ministério da Cultura pela medida provisória nº 870, editada como Lei Nº 13.844, de 18 de Junho de 2019, na qual as atividades do Ministério da Cultura passam a ser atribuídas ao Ministério da Cidadania, sendo o extinto Ministério reduzido à Secretaria Especial da Cultura (SECULT) e o Ibram passando a pertencer ao Ministério do Turismo (MTur). Apesar desta aparente aproximação entre o Ibram e o MTur, durante este tempo, não foram divulgados planejamentos ou estratégias de ação pelo órgão que visassem desenvolver atividades voltadas ao fomento da relação entre os museus brasileiros e o turismo.

Em uma onda de medidas com caráter de reestruturação a partir do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, ações como esta vêm promovendo um enfraquecimento e precarização dos museus brasileiros, afetando sua capacidade de manter o bom estado das coleções, das pesquisas, de seu corpo técnico, instalações e a renovação e fluidez comunicativa das exposições, uma vez que as instituições se veem em um constante estado emergencial, que os impossibilita de criar e gerar conhecimento transformador e de qualidade. José do

Nascimento Júnior salienta a importância da apropriação dos profissionais da área dos museus em relação à PNM, uma vez que o conhecimento de seus estatutos possibilita a reivindicação desses direitos e exerce pressão sobre as autoridades públicas para que estes sejam mantidos e respeitados.

> Nós já caminhamos muito, mas há uma distância entre os profissionais da área e aquilo que já se conseguiu. Mas, em alguma hora, essas coisas se juntam: o Estado congela e a sociedade avança. Os profissionais precisam se apropriar de vez da Política Nacional de Museus [PNM], como algo da sociedade, para além de governos. Só assim voltaremos ao "espírito" inicial da PNM, de um movimento social e cultural para a área da memória e museus, uma verdadeira "militância", como alguém me disse que era militante da PNM, logo no início. Creio que a institucionalização fez perder esse espírito e, assim, um pouco da força que isso tinha. (MICHELON; LEAL, 2014, p. 17)

É preciso salientar que a entrevista com José do Nascimento Júnior foi realizada antes do golpe de 2016, e da desarticulação no setor cultural brasileiro que se sucedeu. Nesse momento, as políticas públicas estão inoperantes e a sociedade civil perdeu espaço para opinar.

Dentre as ações que foram essenciais para a delimitação de políticas públicas na área dos museus e da Museologia, destaca-se o Fórum Nacional de Museus, que ocorreu bienalmente entre os anos de 2004 e 2016, tendo sua última edição sido sediada na cidade de Porto Alegre - RS. O evento tinha como objetivo, segundo a página oficial do Fórum Nacional de Museus, no *site* do Ibram (2021), "Refletir, avaliar e delinear diretrizes para a Política Nacional de Museus e consolidar as bases para a implementação de um modelo de gestão integrada dos museus brasileiros, representado pelo Sistema Brasileiro de Museus".

O evento buscava, desta maneira, promover um ambiente de diálogo entre diferentes profissionais e estudantes do setor de museus e áreas correlatas do Brasil e do exterior. O evento de grandes proporções, compreendia atividades como: conferências, painéis, comunicações coordenadas, minicursos, grupos de trabalho, encontro da teia da memória e programações paralelas. Ao longo de suas edições, o evento foi aumentando a sua adesão, tendo sua primeira edição, segundo o Relatório do 1º Fórum Nacional de Museus (2004), contado com a participação de 400 pessoas e contabilizado, no 4° Fórum Nacional de Museus, em 2010, o total de 1992 participantes, segundo o Relatório do 4º Fórum Nacional de Museus (2010). Com a proposta da realização de cada uma destas edições em diferentes cidades brasileiras, o evento, ao mesmo tempo em que tem como objetivo refletir sobre

questões teóricas e práticas dos museus e Museologia, também tem como intuito divulgar os objetos e ações culturais desenvolvidos nas instituições das cidades onde era realizado. Para além disso, o evento atraia grande quantidade de eventos paralelos, como feiras de artesanato local, exposições, estandes, elaboração de visitas guiadas aos pontos culturais da cidade, entre outros. Desta maneira, o evento também instigava a circulação deste considerável número de participantes na cidade e região, promovendo o turismo cultural, justamente o tipo de turista mais interessante para os destinos, uma vez que, segundo Dias (2010), são os que mais se interessam em aprofundar o contato com os moradores locais e realizar trocas culturais, conceito que será melhor abordado no próximo subcapítulo.

A preocupação sobre os inevitáveis pontos de intersecção entre museus e o turismo e os desafios de sua otimização sustentável permeiam o Fórum Nacional de Museus desde suas primeiras edições, como é o caso da 2ª edição, que realizou um minicurso, com o objetivo de capacitar e reciclar os profissionais de museus, com o tema de “Museus e Turismo”, ministrado por Tânia Omena (Unirio) e Telma Lasmar (Unipli e UFF). Segundo o Relatório do 2º Fórum Nacional de Museus (2008, p. 132), a ementa do curso abarcava os seguintes itens:

> Fenômeno turístico e atividade turística: relações. Análise de mercado e composição do produto turístico.
> Literatura de referência (“Normas de Quito”, “Carta do Turismo Cultural”, “Carta de Burra”, “Carta de Sofia”, “Encontro de Trujillo”).
> Pesquisa dos museus como atrativo turístico. Cidades, cidadãos, turismo e lazer. Lazer é prazer. Ministério do Turismo: ações em vários segmentos da vida das localidades.
> Debates: I. Turismo e museus, II. Museus e turismo, III. Políticas públicas de Cultura e Turismo.

Desta maneira, a preocupação do Fórum Nacional de Museus, e por consequência, da Política Nacional de Museus em estreitar as relações entre museus e turismo pode ser observada. Para além da discussão sobre a temática, o evento contribuía para a capacitação e reciclagem dos profissionais de museus para melhor atuarem neste sentido, como é o caso do minicurso “Museus e Turismo".

Também como medida que buscava explorar as potencialidades entre museus e turismo e fortalecer o segmento do turismo cultural, foi lançado o Programa de Qualificação de Museus para o Turismo, em 2008. Implementado através de uma parceria entre o Ministério do Turismo e da Cultura, por intermédio do Ibram, foram desenvolvidos diversos projetos com o objetivo de melhorar a infraestrutura para a recepção de turistas nos museus contemplados, além de

promover estratégias de capacitação dos profissionais destes museus para atuarem junto ao público. Segundo a publicação Museus em Números (IBRAM, 2011, p. 93),

> Dentre as ações executadas destacam-se: reformas e melhorias nos espaços dos museus; ampliação de acervos, instalação de equipamentos de segurança, aquisição de equipamentos de áudio e de vídeo; elaboração de materiais de divulgação em línguas estrangeiras e contratação de serviços.

Para o desenvolvimento do programa, segundo Virginio (2010), o Ministério do Turismo investiu R$ 2 milhões, direcionados a projetos em dez museus federais, sendo eles: o Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro - RJ), Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro - RJ), Museu de Arte Sacra (Salvador - BA), Museu da Inconfidência (Ouro Preto - MG), Museu Emílio Goeldi (Belém - PA), Museu do Homem do Nordeste (Recife - PE), Museu Oceanográfico (Rio Grande - RS), Museu das Artes Divino (Pirenópolis - GO), Museu da República (Rio de Janeiro - RJ) e Museu Castro Maya (Rio de Janeiro - RJ).

As ações desenvolvidas pelo programa tinham também como foco, contribuir para o aumento da capacidade de recepção e atendimento aos turistas pelos museus brasileiros, tendo em vista as projeções de grande visitação turística internacional promovidas pela visibilidade que a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016, sediados no Brasil, direcionaram para o país.

Apesar das verdadeiras transformações conceituais em relação a sua função e objetivos pelas quais os museus têm passado, expressos em amplos debates nacionais e internacionais, e na elaboração de importantes políticas públicas no campo dos museus, essas legislações sempre sofreram grande influência do cenário histórico e político ao qual estão submetidas. A flutuação destes interesses acabam por impactar diretamente no cotidiano das pequenas, médias e grandes instituições museais no Brasil, que veem a manutenção de suas atividades prejudicada. Neste sentido, o público é o mais prejudicado, uma vez que não conseguem estabelecer relações profundas com o patrimônio cultural comunicado no interior dos museus.

2.2 Turismo

Os deslocamentos humanos são uma atividade característica do próprio desenvolvimento das sociedades, que tinham a necessidade de se deslocar de um local a outro por diversos motivos, principalmente ligados à sobrevivência. Entretanto, os primeiros indícios do que viria a ser conhecido mais tarde como

turismo (considerado um fenômeno moderno), remontam à Idade Antiga, baseado nas Olimpíadas gregas e na necessidade da população de se deslocar até a cidade de Olímpia, onde os jogos aconteceriam a cada quatro anos para participar, seja como espectadores ou competidores, com uma finalidade distinta de remuneração (MOREIRA; ALVES, 2010). Outro elemento importante que contribuiu para a disseminação dos ideais que balizaram o surgimento do turismo, foi o chamado *Grand Tour.* Esta prática iniciada no século XVI, era considerada como um ato de bravura e erudição empreendido por jovens integrantes da nobreza, um verdadeiro rito de passagem para a vida adulta, pois servia como subsídio para a elaboração de características valorizadas socialmente. Estes jovens eram acompanhados de seus professores durante anos em longas viagens, na qual tinham o objetivo de aprender outras línguas, conhecer cidades, monumentos, obras e culturas tidas como referencial de erudição, ao mesmo tempo em que provavam sua bravura ao encararem todos os perigos que uma viagem dessa envergadura proporcionava (MOREIRA; ALVES, 2010).

Com o passar do tempo, esta atividade foi ganhando cada vez mais popularidade entre classes mais baixas da hierarquia social da época, apesar de ainda ser considerado algo passível de ser realizado apenas por uma pequena elite, que detinha tanto os recursos financeiros, quanto o tempo livre necessários para tamanha empreitada.

> O grand tourist, conforme era chamado o viajante amante da cultura dos antigos e de seus monumentos, com um gosto exacerbado por ruínas que beirava a obsessão e uma inclinação inusitada para contemplar paisagens com seu olhar armado no enquadramento de amplas vistas panorâmicas [...]. Um viajante dispondo acima de tudo de recursos e tempo nas primeiras viagens registradas pela historiografia da prática social de viajar por puro prazer e por amor à cultura (SALGUEIRO, 2002).

Em 1872, Thomas Cook inaugura um novo conceito de viagem ao fundar a primeira agência de turismo na cidade de Nova Iorque, uma vez que esta nova possibilidade, baseada na venda de passagens e ingressos em quantidades que permitiam a aquisição de grandes descontos, acabavam por caber dentro do orçamento de uma parcela da população que, até então, não tinha em suas realidades a possibilidade de se deslocar a outra cidade ou região simplesmente por lazer (MOREIRA; ALVES, 2010).

Os avanços tecnológicos impulsionados pela Revolução Industrial propiciaram que alguns fatores como a modernização dos meios de transporte, comunicação,

dentre outros, convergissem para que uma certa popularização do turismo acontecesse. No século XIX, houve a invenção do trem, dando início a abertura de estradas de ferro que conectavam longas distâncias, deste modo, o tempo das travessias diminuiu consideravelmente, no qual mais pessoas poderiam ser levadas de uma só vez, além de que, estas viagens passaram a poder ser feitas durante a noite e nos finais de semana (BARBOSA, 2002). A invenção do telégrafo também foi crucial para o desenvolvimento do turismo, pois possibilitava que a organização das viagens pudesse ser feitas à distância. Nos trens havia vagões reservados para a elite, mas também vagões para a classe econômica, o que incentivava as pessoas de condições financeiras menos abastadas a viajar, porém, esta classe social ainda não tinha o costume de viajar por prazer. Com os avanços tecnológicos, os trens, navios de passageiros e posteriormente aviões, foram ficando cada vez mais luxuosos para atender a nova elite burguesa ávida por ostentar suas fortunas, incentivando a concorrência nestes setores, com inovações cada vez mais criativas, eficazes e luxuosas (BARBOSA, 2002). Desta forma, o desenvolvimento do turismo ganhou corpo, sendo considerado um fenômeno moderno amplamente ligado à Revolução Industrial e seus desdobramentos, como os avanços tecnológicos e a luta pela conquista de direitos trabalhistas, como uma maior delimitação do tempo de trabalho e do tempo livre dos trabalhadores, do direito às férias e das organizações trabalhistas, que permitiram o incentivo às atividades ligadas ao lazer (BARBOSA, 2002). O turismo, desta forma, passou a ser visto como o consumo de um sonho.

Se por um lado, o alargamento do acesso a opções de lazer e turismo para a população reflete um avanço na qualidade de vida das pessoas, por outro, o incentivo desenfreado e realizado visando somente o lucro das companhias do setor turístico ocasionaram, a partir da década de 1950, o que ficou conhecido como turismo de massa. Segundo Costa (2009, p. 30),

> Aos turistas de massa, a atividade já pouco acrescentava, tanto do ponto educacional quanto de lazer. [...] Tais experiências também não propiciavam aos turistas oportunidades de interação com o núcleo receptor, ou de troca de experiências com a comunidade autóctone, pouco contribuindo para a educação daqueles que viajavam.

Entretanto, a partir da década de 1990, houve uma tendência dentro das atividades turísticas de retomar os ideais de busca por conhecimento e valorização da experiência do contato com o outro e com suas expressões culturais (COSTA, 2009). É possível observar como os debates sobre preservação, sustentabilidade e

imaterialidade intensificam-se no final do século XX, tomando mais corpo século XXI adentro, tanto na área da Museologia (conforme discussão proposta no subcapítulo anterior), quanto na área do Turismo. A Política Nacional de Turismo (2008), salienta em várias passagens de seu documento, a importância da conservação do patrimônio cultural para o desenvolvimento das atividades turísticas, bem como da responsabilidade do poder público em gerenciar essas ações, conforme pode ser observado no seguinte trecho:

> Parágrafo único. O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro. (POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO, 2008, p. 01)

A elaboração deste conjunto de políticas para a área do turismo, e a construção de suas diretrizes, se balizaram em debates e documentos anteriores, que foram responsáveis por influenciar diversas outras ações e eventos na área do turismo, reverberando tanto em suas construções teóricas, quanto práticas. Dentre eles está a Carta de Turismo Cultural (ICOMOS, 1976). Tendo sua discussão voltada à relação entre o turismo e as instituições patrimoniais, a carta frisa que:

> As entidades representativas do setor turístico e as de proteção do patrimônio natural e cultural precisam estar cientes de que a preservação e promoção do patrimônio natural e cultural para o benefício da maioria somente poderão ser cumpridas dentro de uma ordem pela qual se integram os valores e os objetivos culturais, sociais e econômicos; Conscientes da extrema necessidade de modificar a atual atitude do público em geral sobre os grandes fenômenos desencadeados pelo desenvolvimento massivo do turismo; [...] Realização de planos de desenvolvimento sustentável, implantação de equipamentos e serviços turísticos adequados e de boa qualidade; O respeito e a proteção da autenticidade e diversidade dos valores culturais, em todos os destinos. (CARTA DE TURISMO CULTURAL – ICOMOS, 1976, p. 3 - 4).

Já na Carta de Turismo Cultural, em 1976, a comunidade científica é alertada para os perigos patrimoniais que o turismo de massa pode acarretar, promovendo uma exploração do patrimônio para além do que ele pode aguentar, iniciando processos de degradação que colocam em sério risco os objetivos primordiais da luta pela preservação, tombamento e registro destes bens, que é o de garantir que estes cheguem à posteridade. Da mesma forma, o documento enxerga o turismo realizado de forma planejada, consciente e sustentável, como uma prática essencial para o desenvolvimento das sociedades em um mundo cada vez mais globalizado, e como uma importante ferramenta para a valorização e manutenção da diversidade

cultural, protegendo estas comunidades do preconceito promovido pelo etnocentrismo e dos efeitos da homogeneização cultural.

O etnocentrismo deve ser combatido pois, uma vez que, ao considerar o mundo visto através de sua lente como a única possibilidade de verdade que toma como absoluta, acaba por colocar o outro em uma posição de inferioridade em relação à sua cultura, que para o indivíduo em questão é o parâmetro máximo do que é ser possuidor de uma alta ou de uma baixa cultura. Este processo desencadeia o que conhecemos como xenofobia, previsto como crime no Brasil pela Lei 9459, de 13 de maio de 1997. Da Matta (1986, p. 125) corrobora com este pensamento, quando afirma que:

> O conceito de cultura, ou, a cultura como conceito, então, permite uma perspectiva mais consciente de nós mesmos. Precisamente porque diz que não há homens sem cultura e permite comparar culturas e configurações culturais como entidades iguais, deixando de estabelecer hierarquias em que inevitavelmente existiriam sociedades superiores e inferiores.

Apesar de o turismo por si só não ser capaz de frear os processos discriminatórios e xenófobos, ao promover o contato com outros povos, seus costumes, significados e tradições, pode atuar como uma importante ferramenta para a manutenção do patrimônio cultural e dos direitos humanos. Ao interagir e buscar entender o outro, possibilita a promoção da tolerância e do respeito à diversidade, na medida em que se relativiza as diferenças e semelhanças culturais. Afinal, só nos envolvemos, valorizamos e preservamos aquilo que conhecemos.

Outro conceito extremamente importante para a condução do trabalho é o de Turismo Cultural, pois no que tange a relação patrimonial de preservação e comunicação em que as instituições museológicas se inserem, esta é a vertente do turismo que melhor expressa estes ideais e preocupações em comum que ambas as áreas encerram. Segundo Reinaldo Dias (2010), turismo cultural é um conceito muito complexo e em constante expansão, sendo este apresentado em diversas definições nos últimos anos, em documentos patrimoniais e artigos científicos da área do Turismo.

> A fim de sintetizar as definições anteriores, consideramos como turismo cultural toda prática turística que envolva a apreciação ou a vivência de qualquer tipo de manifestação cultural, seja tangível, seja intangível, mesmo que esta não seja a atividade principal praticada pelo viajante no destino. (DIAS, 2010, p. 40)

O autor salienta que, através de uma visão cada vez mais alargada de turismo e a inevitável tendência de que as viagens turísticas se tornem cada vez

mais permeadas pelo contato com as tradições e patrimônios culturais dos locais de destino, a definição de turismo cultural tende, em pouco tempo, a já não ser mais necessária como ainda é nos dias de hoje. Pois, não haverá destino ou prática que se considere turística, sem que haja a construção de conhecimentos, em algum grau, em relação ao local visitado.

Entretanto, o turismo cultural, ainda, abrange um perfil relativamente específico de pessoas. Estas costumam ter um nível de escolaridade mais alto, o que está diretamente ligado no Brasil, a uma situação econômica mais estável. Este perfil de turista também costuma ter uma visão política mais ampla, consciência ambiental mais aguçada e o desejo por conhecer culturas diferentes. Segundo Dias (2010, p. 36 - 37),

> São pessoas que viajam com frequência, que têm muita educação, grande energia e que se mostram amigáveis em seus encontros com estrangeiros. Em geral, não compram suvenires, pois preferem os artefatos, cujo processo de produção procuram conhecer na maioria dos casos. Não lhes incomoda utilizar meios de transportes modestos se estes os conduzirem a lugares interessantes, tampouco lhes preocupa gastar dinheiro caso vivenciem experiências que considerem valiosas.

Os turistas entendidos por esta definição, entretanto, correspondem a somente uma parcela do que é conceituado como turista. Dentro do que se considera como turista cultural, também estão as pessoas que buscam visitar os pontos turísticos da cidade, provar suas comidas típicas e tirar fotos com alguma vestimenta tradicional.

> São clientes que podem estar ávidos por conhecimentos, embora não propriamente científicos, mas baseados aparentemente em fatos objetivos, e dispostos a observar a realidade local na profundidade limitada ao momento da visita e a informação oferecida, a entender a forma e a causa dos elementos mostrados, capazes de maravilhar-se com o conjunto e de surpreender-se com os detalhes (DIAS, 2010, p. 37).

Desta maneira, é essencial que estes locais estejam preparados para oferecer informações de qualidade, propondo uma comunicação acessível e que instigue a reflexão. O turista é um tipo de público que faz parte do contexto museal já há algum tempo, e que tem sido cada vez mais relevante para os museus, na medida em que movimentam não só a instituição, mas toda a comunidade a sua volta, potencialidade esta, que se trabalhada de maneira conjunta e sustentável, pode trazer diversos benefícios para toda a comunidade.

Segundo a publicação Museus e Turismo, do IBRAM (2014, p. 16), a OMT (Organização Mundial do Turismo) apresenta ainda a seguinte conceituação sobre os turistas,

> Dependendo de uma pessoa estar em viagem para, de ou dentro de um certo país, as seguintes formas podem ser distinguidas:
> • Turismo emissivo - quando residentes viajam a outro país, do ponto de vista do país de origem.
> • Turismo doméstico - quando residentes de dado país viajam dentro dos limites do mesmo.
> • Turismo receptivo - quando não-residentes são recebidos por um país de destino, do ponto de vista desse destino.

Desta forma, podemos observar que os turistas são ainda classificados de acordo com o local de onde provém e para onde estão indo. A relação das pessoas com seu deslocamento seja com finalidades puramente de lazer ou não, obedece a um movimento orgânico e natural à própria condição humana. Independentemente de que suas viagens sejam realizadas a partir de determinadas motivações pessoais, profissionais, familiares, dentre outras, o impulso pelo descobrimento, a curiosidade pelo novo, sempre estiveram presentes no espírito humano.

Fica evidente, desta maneira, a importância de que estes grandes processos de deslocamento na contemporaneidade sejam respaldados por infraestrutura e políticas públicas internacionais, nacionais e locais adequadas, que garantam a preservação do patrimônio cultural, a segurança de seus públicos e a manutenção da autenticidade destes espaços. Por sua vez, a perda da autenticidade também é uma preocupação ao setor do turismo, pois é justamente este fator o que torna um local interessante do ponto de vista do mercado, e que atrai o interesse dos turistas, sendo desta maneira, a preservação daquele patrimônio cultural e da sua autenticidade retroalimentável para o turismo, se revertendo em possibilidade de desenvolvimento econômico local.

2.3 Museus e Turismo

A relação entre museus e turismo pode se dar de formas e profundidades diferentes, utilizando estratégias que melhor se adequem ao contexto da comunidade ao qual está inserido. O turismo desordenado pode acarretar prejuízos a comunidade local e a própria conservação e manutenção do patrimônio, porém, se realizado de maneira integrada, estabelecendo uma comunicação dialógica entre todos os entes envolvidos, pode representar benesses, potencializando a

capacidade de acesso do público ao museu e expandindo sua capacidade de comunicar, como salienta a publicação “Museus e Turismo”, do IBRAM,

> Ao abrir espaço para pensar a produção humana e as inovações possíveis no âmbito do desenvolvimento sociocultural, o diálogo entre museus e turismo vai mais além: garante a circulação e a renovação de ideias, valoriza os saberes específicos e promove o acesso a produção material e imaterial dos grupos envolvidos (IBRAM, 2014, p. 64).

Essa relação tão sensível pode acarretar tanto em benesses quanto em prejuízos, o que será definido majoritariamente pelas estratégias, planejamentos, e diálogos existentes entre todos os grupos envolvidos. Inegavelmente, existem vários pontos de intersecção entre os interesses e preocupações dos museus e do turismo, dentre eles, podemos citar o grande interesse pela Ação Educativa, cujos esforços das instituições museais têm-se centrado cada vez mais neste sentido, e as atividades turísticas por sua vez, vêm investindo neste segmento, pois segundo Joana Marques (2013, p. 6 - 7),

> Além das motivações sociais, o serviço educativo tem também uma larga função económica - a curto e longo prazo. Uma vez que são extremamente atrativos nas ações que desenvolvem, estes departamentos são atualmente a maior fonte de novos públicos de qualquer equipamento cultural [...]. Mas existe também uma aposta a longo prazo: apesar de os serviços educativos não existirem exclusivamente para os públicos com faixas etárias mais jovens, são estas que constituem a maior parte do seu público. Sendo a educação e o hábito duas formas de gerar novos comportamentos, os serviços educativos estão a contribuir para que as próximas gerações sejam culturalmente mais ativas.

Entendendo-se que a educação é uma ferramenta poderosa, capaz de mudar a realidade na qual as pessoas estão inseridas, o incentivo à Educação para o Patrimônio instigada desde as bases escolares se apresenta como uma importante estratégia de preservação do patrimônio e da herança cultural de um povo. É neste sentido, que podemos observar nas próprias formulações da Política Nacional de Museus, esta preocupação presente no item: “3.2. Inclusão nos currículos escolares de ensino fundamental e médio de conteúdos e disciplinas que tratem do uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais” (2003, p. 11). Desta maneira, instigar o interesse pelo patrimônio cultural não somente contribui para que as pessoas saibam melhor identificar e valorizar suas próprias expressões culturais, mas pode instigar o interesse em conhecer e se aproximar de novas culturas. Um conhecimento mais abrangente do que é patrimônio cultural e de sua importância, pode converter-se em uma maior consciência patrimonial e social.

Uma maior aproximação entre os museus e o turismo pode representar também um aumento do público para o qual o museu comunica. O maior alcance não é representado somente através de números, mas também na conquista de um público mais diverso, exercitando assim a inclusão dentro das instituições museológicas. O contato com segmentos diversos da sociedade e suas demandas, abre espaço para que as instituições museológicas possam repensar suas próprias ações, contribuindo para a democratização cultural e exercício da cidadania, conforme salienta Marques:

> Populações que são geralmente distantes das questões culturais, como as populações em risco de exclusão ou no limiar da pobreza, a população reclusa, o cidadão portador de deficiência, os idosos, entre outros, têm cada vez mais o seu espaço nestes equipamentos. Esta aproximação permite às instituições inserirem a população e simultaneamente inserirem-se a si no seio das suas sociedades. (MARQUES, 2013, p. 7)

O desenvolvimento de ações educativas, eventos e parcerias que busquem atender as necessidades de públicos específicos contribuem para que o museu seja um local com cada vez mais relevância e aceitação social. Neste sentido, o turismo pode contribuir amplamente no planejamento e execução de tais atividades.

Outra ação que vem trazendo bons resultados é a inserção dos museus em roteiros turísticos. Este tipo de atividade aumenta a visibilidade e o alcance do museu, podendo dar início ou incrementar estratégias já existentes da gestão, e significar melhorias na qualidade do museu como um todo. Esta postura mais aberta e dinâmica, pode atrair novas parcerias, que se apresentam em formatos diversos, como por exemplo: na forma de materiais, serviços, investidores, financiamentos, estagiários e voluntários com expertises variadas, e extremamente necessárias no contexto interdisciplinar dos museus, entre outros.

Cada vez mais, as instituições museológicas sentem a necessidade de criar uma agenda de programação, com atividades diferenciadas que ocorram com determinada regularidade, podendo estar ou não diretamente relacionadas ao seu acervo. A necessidade da criação desse tipo de agenda, insere-se em um contexto mais amplo de interesses e necessidades do público, dentre eles o de turistas, e consequentemente dos desafios de novas demandas apresentadas aos museus.

O aumento das atividades museológicas integradas ao turismo de sua região, podem aumentar o potencial econômico da cidade e da comunidade em seu entorno. Parcerias desenvolvidas com membros da sociedade civil, outras instituições, associações comunitárias, empresas, órgãos públicos, entre outros, têm

grande potencial de fortalecer seus vínculos com a comunidade, expandindo sua rede de relações e cooperação (CASTRO, 2007). Em contrapartida, o museu pode contribuir para o fomento do desenvolvimento local, incentivando o comércio, gerando empregos e novas possibilidades de geração de renda em seu entorno, pois, segundo Castro:

> [...] o turismo e a cultura, assim como o desporto, consolidam-se como instrumentos estratégicos de desenvolvimento da cidadania, da qualidade de vida. Por outro lado, percebe-se que o patrimônio cultural em toda sua extensão representa um elemento importante na gestão e no planejamento das cidades, sobretudo como sustentação democrática de inclusão turística (2007, p. 4 - 5).

Desta forma, essas atividades podem ser entendidas como ações que se inserem em vários âmbitos da vida social e econômica da comunidade, uma vez que o turismo além de gerar novas possibilidades de renda, pode também instigar um sentimento de reconhecimento na comunidade em relação a seu bem cultural, promovendo a valorização do mesmo.

Entretanto, a relação entre museus e turismo pode ser conflituosa, e deve ser entendida à luz de uma constante vigilância e reavaliações por parte dos gestores envolvidos. Sobre este aspecto, Marques afirma que:

> A pós-modernidade é caracterizada por uma maleabilidade e até permeabilidade de todas as esferas e respetivos circuitos. Estas esferas outrora independentes (política, económica, social) tocam-se, fundem-se em determinados pontos, criando novas relações entre si (Giddens, 2002, 17-38). Ao nível do circuito cultural, esta permeabilidade caracteriza-se pelo desgaste de alguns limites que separam conceitos, práticas e discursos. O museu, como parte integrante deste circuito, tem sofrido uma forte erosão destes limites face a outros equipamentos culturais pertencentes a indústrias, como o entretenimento ou o turismo e vice-versa. Como consequência, assistimos à criação de novos produtos e equipamentos que desafiam os limites preestabelecidos e que caminham no sentido de uma realidade cultural cada vez mais híbrida. (2013, p. 2)

Por conta dessa indefinição cada vez mais acentuada das fronteiras conceituais e práticas das ações museológicas, é importante que os museus, principalmente os que estejam amplamente em contato com iniciativas turísticas, não percam de vista seus parâmetros essenciais, ligados a comunicação de seus acervos e de sua temática, e de seu compromisso com a salvaguarda da memória e com o desenvolvimento social.

Outro fator relevante que deve ser levado em consideração, e que parte de uma ordem extremamente subjetiva, é a possibilidade de ocorrer um desgaste nas relações do museu com a comunidade de seu entorno. Uma vez que as estratégias de aproximação entre o museu e o turismo não integrem adequadamente a

comunidade, esta pode se sentir marginalizada no desenvolvimento das atividades, ocasionando um afastamento destes atores da instituição museológica. Mas, o perigo mais grave que um planejamento inadequado desta relação contenha, é o risco de contribuir para um crescimento desordenado do turismo na região, pois isso pode acarretar sérios prejuízos para a identidade cultural local, descaracterizando sua expressão. Muitas vezes, isso pode acontecer de forma irreversível, por isso se faz necessário que estas atividades turísticas sejam planejadas e executadas cuidadosamente, de forma dialógica e colaborativa. Segundo o antropólogo Carvalho (2004, p. 79, apud Farias, 2009, p. 3912), o patrimônio imaterial sofre especial risco neste contato com o mercado que o turismo promove, uma vez que suas tradições “podem ser atropeladas por um grupo social [...] desvinculando-as de suas dimensões locais de identidade, pertença, religiosidade, consciência histórica, criação estética, originalidade, fonte de autoestima e resistência política”, na busca deste mercado em tornar a manifestação cultural um espetáculo para os turistas e visitantes de uma forma geral.

É neste sentido que os museus têm importância fundamental no desenvolvimento das atividades turísticas nas regiões, pois a preservação e comunicação do patrimônio cultural são as bases de todo o seu funcionamento e da sua expertise. Todavia, esta relação ainda tem muito o que crescer, como aponta Castro, ao afirmar que:

> Na realidade, se existem interesses mútuos entre o turismo e o patrimônio cultural na gestão, conservação e apresentação dos acervos culturais e patrimoniais, os dois setores ainda operam em planos paralelos, mantendo uma parceria difícil, com pouco diálogo (CASTRO, 2007, p. 6).

Em nível nacional, também houveram debates importantes sobre a proteção e divulgação do patrimônio cultural brasileiro. Os eventos que deram origem ao Compromisso de Brasília, em 1970, e o Compromisso de Salvador, em 1971, são essenciais na medida em que buscaram discutir, em âmbito nacional, estratégias de ação conjunta entre a área do turismo e a do patrimônio cultural, aproximando gestores e importantes representantes tanto da área cultural, quanto da do turismo. Estes documentos, firmados em um cenário de grande instabilidade política, no auge da ditadura militar brasileira (1964 - 1985), representam um importante movimento que vai no sentido de garantir subsídios para o desenvolvimento do turismo ao

mesmo tempo em que a preservação do patrimônio cultural é vista como essencial. Segundo publicação do IPHAN (2020)[3], ambos os documentos foram firmados,

> Com a finalidade de obter melhor integração entre o ato de preservar e o de utilizar o bem cultural, assim como de evitar que monumentos de reconhecido valor fossem preteridos por outros de menor significância, exigiu-se de cada Estado a apresentação prévia do Programa de Restauração e Preservação para o período 1976/1979, indicando os monumentos a serem restaurados, o cronograma de execução, os roteiros turísticos recomendados e as fontes de recursos para fazer face à contrapartida que o Programa requeria das instituições estaduais com que trabalhava. O mesmo procedimento foi adotado para o biênio 1980/1981.

Segundo Bacelar, Pereira, Pontual (2020), ambos os encontros, promovidos por governadores, que deram origem ao Compromisso de Brasília e o Compromisso de Salvador, se basearam amplamente nas discussões realizadas na Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, realizada em Quito, em 1967, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), evidenciando estratégias de aproveitamento desses monumentos e a recomendação de sua utilização para fins de apoio ao desenvolvimento do turismo como forma de desenvolvimento econômico. Entretanto, segundo Bacelar, Pereira, Pontual (2020, p. 10),

> Os anais do Encontro revelam que o turismo foi um tema transversal nos debates, não figurando de forma central nos discursos proferidos e trabalhos enviados. Por outro lado, nota-se a urgência conferida à criação de órgãos estaduais de patrimônio, à captação de recursos e à capacitação técnica. (BACELAR, PEREIRA, PONTUAL, 2020, p. 10),

Ainda segundo a autora, estes eventos são considerados como importantes no cenário da preservação e divulgação do patrimônio brasileiro, na medida em que promoveram uma maior “circulação de ideias”, além de representarem uma “articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural empreendidos pelo evento” (2020, p. 24). Desta maneira, entendemos que o turismo pode ser um grande aliado dos museus e vice e versa. Entretanto, no campo da Museologia este tema ainda conta com poucas abordagens, existindo um escopo teórico reduzido sobre o assunto. Este trabalho visa contribuir para a produção do conhecimento científico sobre museus e turismo no Brasil, partindo da visão dos gestores e museólogos dos museus da cidade de Pelotas - RS analisados.

[3] 1970 a 2000: surge o conceito mais abrangente de bem cultural. IPHAN. 2020. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3581>. Acesso em: 17 de Dez. de 2020.

3 Os Museus Pelotenses

3.1 Pelotas

A cidade de Pelotas está localizada ao sul do estado do Rio Grande do Sul. Em 7 de julho de 1812, foi elevada à categoria de Freguesia de São Francisco de Paula pelo governo Imperial[4]. Tornou-se cidade em 1835, porém, antes mesmo já era considerada uma próspera região devido à presença cada vez mais forte de charqueadas que ali foram sendo instaladas desde o final do século XVIII.

Segundo Vargas (2014), o desenvolvimento desta atividade econômica foi propiciada pelas características da capitania, que além da proximidade com o Porto de Rio Grande, proporcionando uma saída estratégica ao mar para o transporte do produto, contava também com outros fatores como as planícies com amplas pastagens e a grande quantidade de gado selvagem na região.

O charque era utilizado na colônia portuguesa como uma forma barata de alimentar a população mais pobre e a mão de obra escravizada, principalmente nos engenhos de cana-de-açúcar do nordeste brasileiro. A salga da carne era produzida, até o século XVIII na própria região açucareira, abastecendo também demais localidades, entretanto, sua produção entrou em declínio devido as “duras secas que afetaram as capitanias do Piauí e do Ceará, entre as décadas de 1770 e 1790” (VARGAS, 2014, p. 38). Desta maneira, alguns comerciantes viram neste cenário a oportunidade de investir no mercado de produção e abastecimento de charque para as demais regiões da colônia, que ficaram desguarnecidas. Ainda segundo Vargas (2014, p. 39), “Se em 1822 havia 18 charqueadas nas margens do arroio Pelotas e do rio São Gonçalo, em 1835 existiam aproximadamente 35 estabelecimentos”, ano em que a localidade passou a ser reconhecida como cidade.

A rápida expansão das atividades decorrentes das charqueadas movimentou a região, atraiu uma grande quantidade de pessoas e intensificou o tráfico de africanos escravizados para a cidade, que, no ano de 1814, contabilizava 1226 escravos, dentre uma população total de 2.419 habitantes, ou seja, 50,7% da população da freguesia. (VARGAS, 2014). O modelo econômico baseado na mão de obra escrava e na relativa facilidade de acesso e manejo da matéria prima principal,

[4] Pelotas pelo tempo. Prefeitura Municipal de Pelotas. 2020. Disponível em:<https://www.pelotas.com.br/cidade/historia>. Acesso em: 16 de Dez. de 2020.

o gado, propiciaram a ascensão econômica de uma elite local de charqueadores, a qual passou a ter cada vez mais influência política e econômica no Rio Grande do Sul.

Segundo Almeida (2006), o charque passou a ser a principal atividade econômica da região, que duraria até as primeiras décadas do século XX. Com o acúmulo de capital cada vez mais crescente na cidade, os investimentos em infraestrutura começaram a aparecer. Imbuídos pelos ideais modernos de civilidade e refinamento, esta nova elite empenhou-se em buscar na construção de seus costumes e da própria cidade, imprimir elementos que os aproximassem dos hábitos mantidos pela corte portuguesa no Rio de Janeiro e das demais cortes europeias, tendo como exemplo, especialmente, os hábitos de refinamento da corte francesa e inglesa, que se espalharam pelo mundo. Conforme salienta Marroni,

> Apenas nas três últimas décadas do séc. XIX, Pelotas conseguiu 'estruturar' seu espaço urbano. Nesta época (1873), chafarizes importados da França foram instalados em vários pontos da cidade, juntamente com uma caixa d'água, construída em ferro, com ricos ornamentos. A utilização deste material – o ferro – era frequente, pois valorizava a circulação pelos espaços, em vez de enfatizar, apenas a articulação interna do projeto. A necessidade de saneamento justificou tais iniciativas, que coincidiram com o calçamento das ruas centrais. (2008, p.40)

Desta maneira, tem-se início a construção do que viria a se tornar o patrimônio cultural da cidade, fortemente marcado pelas ornamentações de seus prédios e monumentos públicos e pela suntuosidade dos casarões construídos em estilo eclético no centro da cidade.

O charque produzido em Pelotas e região, era amplamente comercializado com outras regiões do Império, como o Nordeste e as Minas Gerais, uma vez que a carne salgada era um dos alimentos que fazia parte da base da alimentação dos escravizados. A ampla relação comercial estabelecida com os engenhos de cana-de-açúcar do nordeste, possibilitaram que os navios saíssem carregados de charque da província e voltassem carregados com diversos outros produtos, dentre eles o açúcar.

Influenciados em grande medida pela reconhecida doçaria portuguesa, fortemente baseada na utilização de ovos, açúcar, manteiga, frutas, entre outros, em técnicas e receitas guardadas a sete chaves, é que os chamados doces finos pelotenses foram tomando forma. Segundo Leal (2019), os portugueses foram um dos primeiros povos colonizadores da região, trazendo seus hábitos alimentares e o

gosto particular pelo açúcar, tendo suas receitas adaptadas aos novos insumos disponíveis, clima e o incremento das mais diversas técnicas e produtos possibilitados pela grande influência das demais culturas provenientes da colonização diversificada da região, como os pomeranos, italianos, africanos, açorianos, dentre outros, que criaram a sorte de doces e receitas atualmente tidas como tradicionais da cidade e região.

Na segunda metade do século XIX, a atividade saladeril entrou em declínio. Este novo cenário demandou que novas atividades econômicas surgissem. Uma delas é a produção e comercialização de doces, tanto dos chamados doces finos, como dos chamados doces coloniais. Da vertente predominantemente urbana, destacam-se a feitura de doces por encomenda e a criação de confeitarias pela cidade. Segundo Ferreira,

> Foi justamente a crise desse modelo econômico baseado na indústria saladeril que esteve na base da formação das primeiras doceiras, uma primeira geração de mulheres que se utilizaram, de maneira profissional e com vistas ao provimento da economia doméstica, dos conhecimentos até então aplicados na execução de receitas de doces nas cozinhas dos casarões. (2008, p. 98)

Mulheres de famílias tradicionais da cidade faziam delicados doces para vendas por encomenda, mobilizando todo o núcleo familiar, que contava com a produção dos pelotines de papel ajudados pelas crianças em entregas geralmente realizadas pelos maridos (FERREIRA, 2008). Na virada do século XIX, diversas doçarias, como a Confeitaria Nogueira, A Dalila, Gaspar, Brauner, dentre outras, despontavam nas principais ruas do centro de Pelotas, servindo como locais de socialização, ponto de encontro de uma elite urbana, que ali se reuniam para ver e serem vistos (Figura 01).

Figura 01: Funcionários da Confeitaria Nogueira posam para foto.
Fonte: Acervo do Museu do Doce da UFPel, 2021.

As confeitarias também eram um local de experimentações e manutenção da tradição doceira, entretanto, acima de tudo eram um importante elo com o que se entendia como o mais moderno e civilizado na época, que eram os costumes, hábitos alimentares, vestimentas e ideais europeus. Desta forma, podemos perceber a importância para aquela elite de consumir produtos e símbolos de origem europeia. Segundo Leal, “Estes estabelecimentos comerciais produziam e vendiam doces, mas também eram locais de adquirir os ingredientes para os doces e mercadorias importadas de diversos locais, como vinhos, champagnes, licores, entre outros.” (2019, p. 96). Conforme a autora, é possível observar em um dos anúncios feitos pela Confeitaria A Dalila e publicado no Almanach Pelotense de 1921, a preocupação do estabelecimento em frisar a competência de seus confeiteiros e de sua expertise nas técnicas utilizadas em confeitarias de grandes cidades europeias, de modo a que seus clientes entendessem que, ao adquirir algum de seus doces, experimentariam as mesmas sensações que um cliente que comprasse um doce em Milão, na Itália.

A outra vertente da produção e comercialização de doces, com especial relevância econômica, é a dos doces de frutas cristalizadas, pastas e compotas que já eram muito produzidos principalmente nas regiões rurais de Pelotas e região, mas que se intensificam no início do século XX. Neste momento, houve a abertura de diversas fábricas de compotas, que inauguraram um novo momento dos doces pelotenses nos embalos da industrialização, o novo modelo de progresso e civilidade

que dominou o século XX. Segundo Bach (2010), as fábricas de compota situadas na região rural, mas também urbana de Pelotas, tiveram seu auge entre as décadas de 1950 e 1970, quando iniciou o declínio de sua produção, levando ao fechamento de diversas fábricas. Entretanto, é nesse período que o doce industrial, principalmente as compotas de pêssego, começam a ganhar fama por todo o país, impulsionando seu reconhecimento, inicialmente como Capital Nacional do Pêssego, e depois como Capital Nacional do Doce. Segundo Leal (2019, p. 102),

> Foi um período de grande divulgação pela imprensa, em comerciais de televisão em que as compotas de pêssego pelotense aparecem como as melhores do Brasil. Começa a difusão da cidade do doce a partir da divulgação, em massa, das indústrias de doce.

A partir das atividades desenvolvidas pela Feira Nacional do Doce - FENADOCE, os chamados doces pelotenses ganham cada vez mais fama pelo país, com seus desdobramentos convertendo-se em alguns dos principais atrativos turísticos da cidade.

A FENADOCE é um evento criado em 1986, organizado pela Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Pelotas - Fundapel, com o objetivo de divulgar os doces produzidos na região e de estimular a sua comercialização. O evento foi realizado no Laranjal, de modo a conciliar a feira e a praia, dois atrativos turísticos. Reuniu um público estimado em sessenta mil pessoas (Figura 02), com 55 estandes que além dos doces, buscavam evidenciar o comércio, indústria e artesanato da cidade (LEAL, 2019).

Figura 02: Público na 1ª edição da FENADOCE.
Fonte: Acervo CDL/Fenadoce (LEAL, 2019, p. 119).

Segundo o *site* oficial da FENADOCE (2020)[5], no ano de 2019, o evento contabilizou “246 mil visitantes; 1,3 milhão de doces vendidos; 900 excursões; 45 mil alunos visitantes; mais de 2 mil pessoas no Ciclo de Negócios; R$ 730.000,00 em vendas na feira da Agricultura Familiar; 800 apresentações na Fenadoce Cultural; etc.”

Esta tradição é reforçada através dos reconhecimentos patrimoniais que vêm recebendo. Em 2018, os doces pelotenses passaram por um processo de patrimonialização, tendo sido inscritos pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no Livro de Registro dos Saberes, como “As Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu)”, processo este que já vinha sendo reivindicado pela comunidade há tempo, tendo na realização do INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais) – Produção de Doces Tradicionais Pelotenses, um dos seus maiores motores.

Além da cultura material e imaterial expressa nos doces pelotenses, a cidade também conta com a presença de uma arquitetura marcante, expressa principalmente nos estilos colonial e eclético, espalhados pela cidade. Segundo Almeida,

> Atualmente podemos com facilidade identificar, na arquitetura, as duas fortes correntes histórico-culturais de formação da cidade de Pelotas: uma às margens do Arroio Pelotas, que representa o período colonial, onde se encontram localizadas as charqueadas, e outra localizada no centro histórico da cidade, correspondente aos primeiros loteamentos urbanos, representante do período eclético. São os exemplares remanescentes desses dois períodos que se busca, através da preservação, resguardar e transformar em agentes ativos deste novo tempo, capazes não apenas de guardar o passado, mas de também participar do presente, construindo o futuro. (2006, p. 99)

Desta maneira, percebe-se como o patrimônio edificado de Pelotas é rico e diversificado, com exemplares que marcam os diferentes momentos históricos da cidade. Entretanto, para que a salvaguarda deste patrimônio pudesse de fato acontecer, para além da sensibilização da população em relação a sua importância, se fazia imprescindível, segundo Leal (2019) a criação de legislação patrimonial adequada e que os órgãos públicos dessem o aporte financeiro necessário para que os estados e cidades brasileiros tivessem subsídios para passar a considerar a implementação de ações de preservação do patrimônio cultural como uma via para o

[5] A feira mais doce. FENADOCE. 2020. Disponível em:<https://fenadoce.com.br/a-feira/>. Acesso em: 16 de Dez. de 2020.

desenvolvimento social e econômico, deixando de entendê-los como fontes de problemas e gastos sem retornos reais. Neste sentido, é que:

> Em 1973, foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, uma parceria entre Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Planejamento, o Ministério do Interior e o Ministério do Turismo, num primeiro momento para cidades do norte e nordeste, mais tarde implementado em outras regiões. Assim, foi dado o impulso para que os governos municipais e estaduais começassem a dividir a responsabilidade com a salvaguarda do patrimônio brasileiro. (FONSECA, 2005, apud LEAL, 2019, p. 44)

A criação deste programa foi um importante passo para que os municípios brasileiros tivessem apoio financeiro e jurídico para revitalizar de maneira adequada seu patrimônio histórico. A cidade de Pelotas foi positivamente impactada por este conjunto de ações. Tendo como cenário também a década de 1970, segundo Leal (2019) Pelotas teve seu primeiro bem patrimonial eclético tombado em nível federal em 1972, o Teatro Sete de Abril, e em 1977, teve as casas de número 02, 06 e 08, localizadas ao redor da praça central da cidade, tombadas em conjunto, sendo a primeira vez que edifícios de características ecléticas foram tombados em conjunto no país. Apesar de estas medidas, ainda de cunho extremamente nacionalista, priorizarem em grande medida os investimentos e a proteção do patrimônio edificado ligado às elites locais, em detrimento dos edifícios considerados mais simples, estas foram essenciais para que edifícios históricos não fossem destruídos pela ação do tempo, abrindo caminho para a discussão de ações preservacionistas mais abrangentes.

Já no século XXI, programas federais como o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (Programa Monumenta) e o Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas (PAC - Cidades Históricas), foram responsáveis por grandes investimentos na área do patrimônio cultural da cidade, além de acrescentar e ao mesmo tempo estimular a criação de novas leis e ações municipais com o objetivo de alinhar preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento social e econômico.

A Lei n° 2708/82, que instituiu o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC) e que versa sobre a proteção do Patrimônio histórico e cultural pelotense, segundo Pretto Neto (2019), apesar de ter tido pouca adesão de grupos socioeconômicos importantes do município, representou um importante avanço nas medidas patrimoniais, pois em seu Artigo 16 frisava que, “Uma vez tombado,

provisória ou definitivamente, os bens não poderão ser destruídos, demolidos ou mutilados, nem ter suas características alteradas" (PELOTAS, LEI Nº 2708/82), prevendo ainda, estímulos fiscais a quem aderisse ao tombamento.

A Lei nº 4.878/02, que foi substituída pela Lei nº 5146/05, passou a incorporar em suas normativas a isenção do IPTU para pessoas que tivessem seu imóvel dentro do Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas, e cujos aspectos de conservação estivessem dentro das normas propostas. A medida também aumentou o incentivo fiscal, uma vez que a lei anterior garantia a isenção de somente 50% no valor do IPTU. (PRETTO NETO, 2019).

De modo a contribuir com a manutenção do Programa Monumenta implementado na cidade de Pelotas, foi criada a Lei 4792/02, que institui o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de Pelotas - Fundo Monumenta, como o objetivo de dar suporte financeiro às ações desenvolvidas posteriormente à implementação do programa nos patrimônios históricos da cidade por ele atendidos. Em seu artigo 4º, a lei frisa que constituirão como receitas do fundo monumenta a renda proveniente de:

> I transferências anuais de recursos orçamentários do Município;
> II recursos de convênios, acordos e outros ajustes;
> III contrapartidas de convênios aportadas ao Município;
> IV receitas decorrentes da aplicação dos recursos ĕ nanceiros disponíveis;
> V aluguéis, arrendamentos e outras receitas provenientes de imóveis;
> VI produtos de alienação de imóveis adquiridos com recursos do Fundo Monumenta;
> VII receitas provenientes de serviços e eventos diversos;
> VIII doações e outras receitas (PELOTAS, LEI Nº 4792/2002, art. 4º).

Desta maneira, é possível perceber o impacto que a implementação do programa teve na cidade, mobilizando a criação de uma lei específica para a sua manutenção. O Programa Monumenta, como ficou conhecido, foi criado no ano 2000 por iniciativa do Ministério da Cultura, tendo o apoio da UNESCO. Através do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tinha como objetivo alinhar a preservação do patrimônio histórico nacional com o desenvolvimento social e econômico de suas cidades, municípios estes elegidos através das diretrizes de preservação do IPHAN, cujos nomes constavam em suas listas (LEAL, 2019).

O Programa Monumenta foi implementado em 26 cidades históricas do Brasil, sendo Pelotas a cidade no estado do Rio Grande do Sul, a que recebeu o maior número de investimentos em seu patrimônio cultural. Em relação aos edifícios e

monumentos, os que foram restaurados são: a Casa 02 e Casa 06 da Praça Cel. Pedro Osório, Teatro Sete de Abril, Biblioteca Pública Municipal, Paço Municipal, Grande Hotel, Mercado Municipal e prédio da Secretaria de Finanças, Fonte das Nereidas (Figura 03), Praça Cel. Pedro Osório, Largo do Mercado, Beco das Artes e Beco dos Doces e das Frutas (LEAL, 2019).

Figura 03: Inauguração do Chafariz das Nereidas pelo Ministro da Cultura Gilberto Gil, acompanhado do Prefeito Fernando Marroni e da Reitora da UFPel, Profª Inguelore Scheunemann - 2003.
Fonte: Acervo Diário Popular – Foto Paulo Rossi (LEAL, 2019, p. 54).

Para além dos investimentos em restauro patrimonial, foram desenvolvidos projetos de ordens diversas, que contaram com ações musicais, teatrais, qualificação profissional para a área e ações de educação para o patrimônio voltadas para a preservação da memória, projetos estes que caracterizam o programa como uma ação mais abrangente, que buscou abarcar diferentes aspectos da proteção e divulgação do patrimônio cultural, não mais agindo de forma pontual. Os projetos que receberam financiamento contemplam a colocação de placas nos prédios inventariados, elaboração de Livros Didáticos de Educação Patrimonial para o Ensino Fundamental, projeto “Música Patrimônio Vivo”, III Plano Diretor, Manual do Usuário de Imóveis Inventariados, Inventário Nacional de Referências Cultural, entre outros. (PRETTO NETO, 2019).

> O orçamento, definido em 2002 para o Programa de intervenção do Monumenta em Pelotas, intitulado Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Pelotas, foi no valor de R$ 6.707.293,00. Teve dois termos de valores aditivos, nos anos de 2004 e 2008. O valor final do investimento, revisado em 2008, foi de R$ 11.473.368,77. Desse, R$ 8.239.810,77 foram da responsabilidade do MinC/BID e R$ 3,233,558,00 da responsabilidade do Governo municipal. O valor cobrado do Município pelo pagamento dos projetos era a contrapartida assumida, com o acordo assinado desde 2002.

> Em Pelotas, o cronograma previsto para a execução dos projetos foi até dezembro de 2012 (ZAMBRANO, 2015, apud PRETTO NETO, 2019, p. 19).

Devido a seu caráter mais abrangente, o Programa Monumenta movimentou uma considerável parcela da sociedade pelotense, o que resultou em um maior engajamento da sociedade civil e de setores privados da cidade, que viram nas ações propostas pelo programa a real possibilidade de um desenvolvimento social e do surgimento de oportunidades de aproveitamento econômico vinculados ao rico patrimônio cultural da cidade. A implementação do programa representou uma verdadeira mudança da paisagem cultural da cidade, revitalizando seu patrimônio histórico, promovendo uma melhora na qualidade de vida da população e contribuindo para que Pelotas se posicionasse como um importante destino turístico da região (PRETTO NETO, 2019).

Com “seis prédios tombados em nível Federal, três em nível Estadual e doze em nível Municipal e outras 1189 construções, que apresentam valores históricos e estéticos, também inventariadas pela Secretaria Municipal de Cultura-SECULT” (CALDAS, 2013, apud PRETTO NETO, 2019, p. 13), o centro histórico de Pelotas foi tombado, em 2018, pelo IPHAN como “Conjunto Histórico de Pelotas (RS)”, recebendo mais um reconhecimento federal em relação a riqueza e importância de seu patrimônio histórico.

Pelotas é, ainda, um importante polo educacional do estado, sendo a sede da UFPel (Universidade Federal de Pelotas), UCPel (Universidade Católica de Pelotas), IFSUL (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense), entre outros. Estas instituições são muito importantes para o desenvolvimento sócio cultural da cidade, na medida em que realizam atividades e parcerias variadas durante todo o ano na área do patrimônio cultural. Dentre alguns destes eixos, destacamos a presença de um curso de graduação em Museologia, graduação em Turismo, tecnólogo em Hotelaria e pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Esta percepção é corroborada pela temática abordada na 1ª Semana de Museus da UFPel, realizada entre os dias 18 e 22 de maio de 2009. O evento buscou discutir os impactos educativos da relação entre museus e turismo, com um olhar voltado para o seu desenvolvimento na cidade de Pelotas.

A cidade também conta com diversos museus de tipologias variadas, que apresentam potencial de atrativo turístico, muitos deles estando localizados no

coração do centro histórico da cidade, sobre os quais se abordará mais profundamente a seguir. Com base nisso, em 2006 a Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas criou o Sistema Municipal de Museus, com o objetivo de organizar e criar uma rede de informação sobre os museus presentes na cidade. Desta maneira, todos os museus pelotenses passaram a constar neste cadastro da prefeitura.

A revitalização do patrimônio histórico e o desenvolvimento de projetos culturais em uma cidade, está diretamente ligado não somente ao desenvolvimento social, mas também ao econômico. Após a revitalização, se faz necessário dar uso aquele patrimônio, inclusive para que ele não volte a se deteriorar ou para que as expressões culturais não caiam no esquecimento, como exemplos, temos a instalação da Secult na Casa 02, do Museu do Doce na Casa 08, e da criação do Inventário de Referências Culturais sobre a tradição doceira pelotense. Desta maneira, o turismo pode ser entendido como uma importante ferramenta para a manutenção da preservação e divulgação do patrimônio cultural pelotense.

3.2 Os Museus de Pelotas

Devido a sua história e características construtivas, a cidade de Pelotas conta com um rico patrimônio cultural, expresso em diferentes aspectos de sua cultura. Corroborado pela sucessão de investimentos e organização de legislação patrimonial realizados na cidade, bem como pela quantidade e qualidade dos projetos culturais desenvolvidos pelas universidades da cidade e região ao longo do tempo, Pelotas acabou reunindo um importante acervo patrimonial. Nas últimas décadas, a cidade viu crescer o seu número de museus. Com este crescimento, veio também a necessidade de especialização e de sistematização desses espaços, para que, através do levantamento de informações sobre seus números e características, a prefeitura do município pudesse ter maior conhecimento do potencial das instituições museológicas que abriga.

O Sistema Municipal de Museus (SMM) foi instituído através do Decreto nº 4.895, de 15 de setembro de 2006, que tinha dentre seus objetivos promover uma maior articulação entre os museus da cidade, a disseminação de padrões e procedimentos técnicos, o desenvolvimento de programas de melhoria e atualização de recursos humanos, a implantação de programas educativos e atividades culturais,

e assessorar os projetos museológicos em desenvolvimento. (SISTEMA MUNICIPAL DE MUSEUS DE SANTA MARIA[6], 2021).

Um dos objetivos propostos pelo Sistema Brasileiro de Museus, foi incentivar a criação de sistemas estaduais e municipais de museus. Segundo Monteiro (2016, p. 75),

> Em 2013, no Brasil, estavam em funcionamento os seguintes Sistemas Estaduais: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará, Pará, Piauí e Alagoas. E nos municípios de Ouro Preto – MG, Pelotas – RS, Rio Grande – RS, Santa Maria – RS, São Luís – MA e Fortaleza – CE, existem os Sistemas Municipais de Museus.

Apesar deste passo ser considerado como inovador, o Sistema Municipal de Museus em Pelotas encontra-se inativo atualmente. Dez anos após a sua criação, foi instituída a Lei nº 6.389, de 28 de novembro de 2016, que institui o Sistema Municipal de Cultura (SMC), dispondo sobre seus princípios, estrutura e funcionamento. O documento retoma em suas especificações, a preocupação do órgão público em rearticular o Sistema Municipal de Museus, elencado no VI inciso do Artigo 4º, que versa sobre os órgãos e elementos constitutivos do SMC Pelotas. (PELOTAS, LEI Nº 6.389/2016). O documento ainda frisa que:

> Parágrafo único. O SMC Pelotas deverá funcionar articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, **da comunicação do turismo, do desenvolvimento econômico e social**, do meio ambiente, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, dos direitos humanos e outros que possam dialogar com a cultura, conforme regulamentação. (PELOTAS, LEI Nº 6.389/2016, grifo nosso)

Dentre as atividades e materiais elaborados durante o período de funcionamento do SMM - Pelotas, está o lançamento de um folder informativo aos turistas, com objetivo de listar e fazer um breve resumo sobre cada um dos até então, 18 museus da cidade, sendo eles: Museu do Doce da UFPel, Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, Museu da Baronesa, Museu Farmacêutico Moura, Museu de História Natural da UCPel, Museu CTG Cel. Thomás Luis Osório, Charqueada São João, Charqueada Santa Rita, Museu e Espaço Cultural do Saneamento, Museu Municipal do Colégio Pelotense, Museu Histórico Helena

[6] Devido a atual inatividade do Sistema Municipal de Museus de Pelotas, algumas das informações foram pesquisadas na página “Parceiros”, do Sistema Municipal de Museus de Santa Maria, que se mantém atualizado. Disponível em:<http://sistemademuseussm.blogspot.com/p/parceiros.html>. Acesso em: 15 de Maio de 2021.

Assumpção, Museu das Telecomunicações, Museu Etnográfico da Colônia Maciel, Museu Espaço Cultural da Etnia Francesa, Museu Gruppelli e Museu Histórico de Morro Redondo.

Entretanto, para o desenvolvimento desta pesquisa, foi necessário realizar um recorte, devido à situação de inatividade ou não abertura ao público em que vários deles se encontram. Isso ocorre devido à natureza destes espaços de memória, pois alguns se caracterizam como laboratórios universitários, que têm sobre sua guarda importante qualidade e quantidade de acervo, mas que apresentam finalidades diferentes das de um museu. Também, encontra-se nesta listagem, acervos que estão fechados, contrariando uma das funções essenciais das instituições museológicas que é estar aberto ao público, e outros ainda, que deixaram de existir.

Por este motivo, fez-se necessária a realização de um recorte para a realização da pesquisa. Entre os 18 espaços listados pelo SMM - Pelotas, foram elegidos 8 deles, visto que, frente a lei, os demais não são considerados como museus, pois segundo o Estatuto de Museus (2009, p. 01),

> Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

No âmbito desta pesquisa, as 8 instituições analisadas são: o Museu do Doce da UFPel, Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, Museu da Biblioteca Pública Pelotense, Museu Municipal Parque da Baronesa, Museu Etnográfico da Colônia Maciel, Museu Espaço Cultural da Etnia Francesa e Museu Gruppelli.

O Museu do Doce da UFPel foi criado em 30 de dezembro de 2011, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas da UFPel. Situado na Praça Coronel Pedro Osório, número 8, tem como missão[7] “salvaguardar os saberes e fazeres da tradição doceira de Pelotas e região, bem como, a pesquisa e comunicação desse patrimônio".

A sede do Museu foi construída em 1878 para ser a residência de Francisco Antunes Maciel e sua família, importante político da região que chegou a ser

[7] Resolução nº 16, de 19 de Dezembro de 2018. Aprova as alterações no Regimento do Museu do Doce da UFPel. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2018/12/SEI_Resolu%C3%A7%C3%A3o-16.2018-Altera%C3%A7%C3%B5es-no-Regimento-do-Museu-do-Doce.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

Conselheiro do Imperador no Rio de Janeiro, atualmente é conhecida como Casa 08, importante exemplar da arquitetura eclética na cidade. Tombada pelo IPHAN em 1977 e comprada pela UFPel em 2006, teve o seu restauro financiado com recursos do Ministério da Educação, finalizado no ano de 2013[8]. A casa, que inicialmente tinha como nova finalidade servir como sede da reitoria da UFPel, através de reivindicações da comunidade doceira e de negociações junto à Secretaria Municipal de Cultura e do IPHAN, foi definida como sede do Museu do Doce (Figura 04).

Figura 04: Sede do Museu do Doce da UFPel, após restauro finalizado em 2013.
Fonte: Peculiaridades de Pelotas. Disponível em:<http://peculiaridadespelotas.blogspot.com/2014/05/casarao-8.html>. Acesso em: 17 de maio de 2021 - Foto: Leticia Mallie, 2014.

O museu conta com seis coleções que abordam a tradição doceira pelotense e a historicidade do casarão. Nos últimos anos, tem atuado como importante laboratório de prática interdisciplinar da universidade, abarcando projetos de ensino, pesquisa e de extensão universitária. Também desenvolve diversas parcerias dentro e fora da universidade, que aliados a sua programação de exposições temporárias, de longa duração, e visitas guiadas, oferecem aos visitantes da comunidade e turistas, uma importante opção de lazer e reflexão sobre a memória da tradição doceira na cidade e suas transversalidades.

O Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo foi criado em 07 de novembro de 1986, atualmente vinculado ao Centro de Artes da UFPel. Situado no prédio do antigo Liceu Riograndense, importante exemplar histórico no centro da cidade, esta

[8] Sobre o Museu do Doce - História. 2021. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/museudodoce/>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

localização é considerada como uma conquista institucional, devido a sua sede já ter passado por vários prédios provisórios ao longo dos anos. Sua missão[9] é preservar, estudar e divulgar a obra de seu patrono Leopoldo Gotuzzo e das diversas manifestações culturais expressas em seu acervo, estimulando a vivência, a reflexão crítica, o ensino, a extensão e a pesquisa acadêmica e experimentação no campo das artes visuais e afins.

Segundo o site oficial do MALG (2021), o museu possui em seu acervo cerca de quatro mil objetos, divididos em oito coleções, sendo elas: a coleção Leopoldo Gotuzzo, Escola de Belas Artes, Faustino Trápaga, João Gomes de Mello Filho, Século XX, Século XXI, L.C. Vinholes e Antônio Caringi. Estas coleções foram inicialmente formadas através de doações à antiga Escola de Belas Artes (EBA), anexada pela UFPel após sua fundação, em 1969. Desta maneira, todo o acervo da EBA iniciou um processo de federalização, que veio a integrar o acervo do MALG (Figura 05).

Figura 05: Fachada principal do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo em sua nova sede, situado no centro histórico de Pelotas.
Fonte: Mapa da Cultura - Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. Disponível em:<http://mapas.cultura.gov.br/espaco/9030/>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

O museu realiza diversas exposições, sendo as de longa duração sobre a vida e obra de seu patrono, e as temporárias com obras de outras coleções, projetos de cooperação interinstitucionais e produção artística de outros artistas da comunidade. O museu realiza ainda “ações educativas para promover a fruição e reflexão a partir das exposições e do acervo artístico e documental”, (MALG, 2021), desenvolvendo atividades de integração através de parcerias.

[9] Sobre o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. 2021. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/malg/sobre-o-museu/>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

O Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, foi criado em 21 de maio de 1970, mas fechou após oito anos de atividades, sendo reinaugurado em 1988. Atualmente está localizado na Praça Cel. Pedro Osório, 01, no centro histórico de Pelotas, após ter tido como sede diferentes prédios ao longo dos anos (Figura 06). Recebe o nome de Carlos Ritter (1851-1926), filho de imigrantes alemães, que taxidermizou animais e colecionou pássaros, dando origem a uma considerável coleção, doada em 1926 por sua esposa à Escola de Agronomia, mais tarde anexada pela UFPel. Sua missão[10] é "realizar atividades voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária, com temática focada na área das ciências naturais, em especial a Zoologia e a Paleozoologia, além das áreas do conhecimento biológico correlatas".

Figura 06: Fachada principal do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter em sua nova sede, situado no centro histórico de Pelotas.
Fonte: Rede de Museus da UFPel - Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/rededemuseusdaufpel/museu-de-ciencias-naturais-carlos-ritter/>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

Segundo o site oficial do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter (2021), seu acervo apresenta uma rica mostra da diversidade da fauna local, com cerca de 4500 insetos, 540 aves e mamíferos, e 200 espécimes de répteis e anfíbios. Está dividido entre a coleção científica e a didática para exposição (devido a não possuírem seus dados de coleta completos), esta última dividida em 7 tipologias: Acervo Ornitológico, Entomológico, Mastozoológico, Herpetológico, Paleontológico,

[10] Rede de Museus da UFPel - Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/rededemuseusdaufpel/museu-de-ciencias-naturais-carlos-ritter/>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

Malacológico e Aracnológico. O museu mantém praticamente todo o seu acervo em exposição, realizando também exposições temporárias que buscam, através de parcerias, abranger temáticas correlatas. Realiza atividades, principalmente voltadas para o público escolar, do qual tem um grande número de visitação anual, se utilizando de visitas guiadas.

O Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense (MHBPP) fica situado dentro do prédio da Bibliotheca Pública Pelotense (BPP), no centro histórico da cidade. De caráter privado, foi fundada em 14 de novembro de 1875, e esteve inicialmente localizada em um prédio cedido por Simões Lopes Neto, na rua General Victorino, esquina com General Neto, enquanto seu edifício oficial era construído em frente à Praça Coronel Pedro Osório (Figura 07).

O Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense foi criado em janeiro de 1904, por iniciativa de Baldomero Trapaga y Zorrilla, que reuniu importante acervo de ordem etnográfica, natural e histórica da cidade e região, tendo como destaques, segundo o site oficial da Bibliotheca Pública Pelotense (2021), o lenço Farroupilha, o sinete da república riograndense, entre outros objetos.

Figura 07: Fachada principal da Bibliotheca Pública Pelotense, situada no centro histórico de Pelotas, a qual abriga o Museu da Bibliotheca Pública Pelotense.
Fonte: Patrimônios de Pelotas: Bibliotheca Pública Pelotense - História, cultura e educação para todos. Disponível em:<http://www.pelotasturismo.com.br/historias/180>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

Atualmente, o museu fica localizado no subsolo da biblioteca, e apesar de seu espaço reduzido, conta com algumas galerias como o Espaço de Arte Mello da

Costa e Espaço de Arte Infantil Mellinho da Costa. Segundo o site oficial do MHBPP (2021), atendem cerca de 9000 pessoas ao ano, com uma agenda de exposições temporárias e eventos diversa, como: I Semana Indígena, Primavera dos Museus, Dia do Patrimônio, Semana das Crianças com exposição dos trabalhos das crianças do Caps Infantil, Outubro Rosa, Feira do Livro e Semana da Consciência Negra.

O Museu Municipal Parque da Baronesa foi fundado em 25 de abril de 1982, sendo tombado como Patrimônio Histórico Municipal em 1985 e estando localizado na Av. Domingos José de Almeida, 1490.

O Edifício histórico que abriga o museu (Figura 08), também conhecido como Solar da Baronesa, foi construído em 1863 em estilo neoclássico e colonial. Foi comprado pelo Cel. Aníbal Antunes Maciel como presente de casamento para seu filho Aníbal Antunes Maciel (que recebeu o título de Barão dos Três Serros, em 1884) e Amélia Hartley Brito. Os proprietários a ampliaram nos anos seguintes, passando a ocupar uma área de 7 hectares com varanda, torre de banho, sala de costura, salão de festa, pátio central e jardins (DIAS, 2015). A casa permaneceu na família até o ano de 1978, quando foi doada à cidade de Pelotas.

Figura 08: Fachada principal do Museu Municipal Parque da Baronesa, localizado na Av. Domingos José de Almeida, 1490.
Fonte: Museu da Baronesa amplia horários durante a Fenadoce, 2018. Disponível em:<https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/museu-da-baronesa-amplia-horarios-durante-a-fenadoce>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

O acervo é representativo dos costumes da sociedade pelotense do final do século XIX até a década de 1930. Composto por mais de 1000 peças[11], tem em seu

[11] Museu Municipal Parque da Baronesa. Disponível em:<http://bibliotecas.cultura.gov.br/espaco/8340/#/tab=sobre>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

acervo indumentárias femininas e masculinas, como camisolas, roupas íntimas, de cama, mesa e banho, mobiliário, objetos de uso pessoal, documentação histórica e fotografias.

O Museu Etnográfico da Colônia Maciel (MECOM), está localizado na Vila Maciel, 8º distrito de Pelotas, a aproximadamente 45 km do centro urbano. Foi inaugurado em 04 de junho de 2006, através dos esforços de vários setores da comunidade civil e acadêmica. Mantido através de uma parceria[12] entre a Prefeitura Municipal de Pelotas, a Universidade Federal de Pelotas e o Instituto de Memória e Patrimônio, teve o prédio histórico da antiga Escola Garibaldi, construído em 1928 para abrigar a primeira escola da Colônia, cedido pela prefeitura para sediar o museu (Figura 09).

Figura 09: Fachada principal do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, localizado na Vila Maciel, 8º distrito de Pelotas.
Fonte: Museu Etnográfico da Colônia Maciel - Histórico. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/museumaciel/historico/>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

Seu acervo é composto pelas coleções de história oral, fotográfica e tridimensional, que contam a história da comunidade ítalo-descendente do município de Pelotas, estabelecida originalmente no século XIX na Serra dos Tapes. Juntamente com o Museu Espaço Cultural da Etnia Francesa, Museu Gruppelli e Museu de Morro Redondo, integra o circuito de museus étnicos, iniciativa turística que visa promover atividades de divulgação e ampliação do número de visitação a estes museus.

[12] Museu Etnográfico da Colônia Maciel - Histórico. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/museumaciel/historico/>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

Em 13 de fevereiro de 2017[13], o telhado do museu desabou, mobilizando setores da Prefeitura Municipal de Pelotas, Defesa Civil, Universidade Federal de Pelotas e Corpo de Bombeiros, que se uniram para realizar os procedimentos necessários de resgate do acervo e estabilização da estrutura do prédio, para posterior reconstrução.

O Museu Espaço Cultural da Etnia Francesa (Figura 10), está localizado em Vila Nova, 7º distrito de Pelotas. Fundado no ano de 2007, durante a FENADOCE, o museu tem como objetivo[14] contribuir para a preservação da memória das localidades da Vila Nova e Bachini, situadas no distrito do Quilombo, na Serra dos Tapes.

Figura 10: Fachada principal do Museu Espaço Cultural da Etnia Francesa.
Fonte: Museu Espaço Cultural da Etnia Francesa - Histórico. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/museumaciel/museu-da-colonia-francesa/>. Acesso em: 17 de maio de 2021. Foto: Cristiano Gehrke, 2015.

O museu promove exposições e atividades culturais que buscam valorizar as singularidades históricas da presença francesa e fundação da Colônia Francesa de Santo Antônio em 1880, e das relações interculturais entre os vários grupos étnicos que colonizaram a região. Assim como os demais museus integrantes do circuito de museus étnicos da Serra dos Tapes, o Museu Espaço Cultural da Etnia Francesa só

[13] Museu da Colônia Maciel sofre com desabamento do telhado - Prof. Fábio Vergara Cerqueira se manifesta sobre desabamento do museu. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/ich/2017/02/17/museu-da-colonia-maciel-sofre-com-desabamento-do-telhado/>. Acesso em: 17 de maio de 2021.
[14] Histórico do Museu Espaço Cultural da Etnia Francesa. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/museumaciel/museu-da-colonia-francesa/>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

abre para visitação aos domingos. Desta maneira, promove em parceria com a prefeitura e a UFPel, visitas turísticas a estes museus, integrando também outros pontos culturais relevantes para as comunidades contempladas pelo roteiro. Para a realização destas visitas, são disponibilizadas vagas gratuitas em um ônibus.

O Museu Gruppelli integra um circuito que faz parte da Casa Gruppelli[15], composto ainda pelo seu restaurante, cabanas para pernoite, armazém de produtos coloniais, criação de animais diversos e área verde para descanso e lazer. Em 1876, a família Grupelli adquiriu terras na Colônia Municipal, 7º distrito de Pelotas, para desenvolver atividades agrícolas, instalando também uma casa comercial e restaurante para os viajantes.

O Museu Gruppelli (Figura 11) foi inaugurado em outubro de 1998, por iniciativa da comunidade local, tendo por objetivo[16] preservar as memórias do cotidiano dessa região, através da reunião de referências do patrimônio rural significativas para a população circunvizinha.

Figura 11: Fachada principal do Museu Gruppelli.
Fonte: Casa Gruppelli – Turismo Rural. Disponível em:<https://www.serradostapes.com.br/casa-gruppelli-cicloturismo-pelotas/>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

[15] Casa Gruppelli - Turismo rural. Disponível em:<https://www.serradostapes.com.br/casa-gruppelli-cicloturismo-pelotas/>. Acesso em: 17 de maio de 2021.
[16] Projeto de extensão “Museu Gruppelli”, Rede de Museus da UFPel. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/rededemuseusdaufpel/projeto-de-extensao-museu-grupelli/>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

Os objetos que compõem seu acervo foram doados ao longo do tempo pela família Gruppelli e demais moradores da região, que aderiram a ideia por sentir a necessidade de ter um local para relembrar a história da comunidade e de como era seu cotidiano no passado. O museu desenvolve atividades em parceria com demais entidades como o Projeto Via Ecológica, que oferece guiamento de passeios na região (caminhadas, pedaladas e visita de grupos), além de oferecer serviços de apoio, como a locação de transporte.

Atualmente, por conta da pandemia de COVID-19, grande parte das atividades mencionadas acima encontram-se inativas. Devido às medidas de restrição social adotadas, os museus analisados, que mantinham horários de funcionamento abrangendo vários dias da semana (exceto os museus integrantes do Circuito de Museus Étnicos), estão fechados à visitação, atuando somente com expediente interno e alternado. Desta maneira, suas atividades voltadas ao público estão ocorrendo principalmente através de suas redes sociais e de projetos virtuais.

As pesquisas realizadas para a construção deste subcapítulo se basearam principalmente nas informações disponibilizadas nos sites institucionais, suas redes sociais e artigos publicados. Foi possível perceber, que muitas vezes, as abordagens aos turistas não são diretamente mencionadas. Estes aspectos serão melhor analisados no capítulo a seguir.

4 A relação entre Museus e Turismo sob o olhar dos gestores e museólogos dos museus pelotenses.

Neste capítulo, analisaremos a percepção dos gestores e museólogos dos museus pelotenses participantes da pesquisa, em relação aos aspectos de relacionamento por eles desenvolvidos com seu público de turistas e de que maneira as políticas públicas voltadas para os museus e turismo são entendidas e apreendidas por estas instituições.

Dentre as 14 pessoas contactadas, nem todas retornaram aos convites para participar da pesquisa, cujo questionário ficou disponível através da ferramenta Google Forms, por aproximadamente 60 dias. Somente 9 responderam a entrevista semi-estruturada, sendo elas: 4 gestores, 3 museólogos e 2 técnicas administrativas.

Dentre as instituições analisadas, somente no Museu do Doce da UFPel, Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter e Museu Gruppelli, obtive resposta tanto do gestor quanto do museólogo ou técnica administrativa responsável.

No Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, Museu Municipal Parque da Baronesa e Museu Etnográfico da Colônia Maciel, somente um dos dois representantes contactados participou da pesquisa.

O representante do Museu Espaço Cultural da Etnia Francesa não retornou as tentativas de contato ou respondeu a entrevista semi-estruturada, portanto, este museu não foi analisado, sendo o universo da pesquisa composto pela análise de 7 museus.

A entrevista semi-estruturada é composta por 21 questões abertas e fechadas (Apêndice A), sendo as 5 iniciais compostas por perguntas de identificação do entrevistado (nome, idade, gênero, área de formação e tempo de atuação na instituição) e as seguintes, por questões institucionais. Algumas foram inseridas com preenchimento obrigatório e outras opcional.

As questões de caráter institucional visaram entender, inicialmente, os aspectos do relacionamento com os turistas nas diretrizes dos museus analisados, se possuem museólogos no quadro de funcionários, e se em seus documentos primordiais, como o Regimento Interno do Museu e o Plano Museológico, fazem menção a estratégias e ações voltadas para este tipo de público.

Em um segundo momento, procurou-se entender as ações desenvolvidas pelas instituições no sentido de melhor compreender a dinâmica deste público. Para tanto, foi questionado se os museus já haviam realizado algum tipo de mapeamento

ou estudo que retratasse a frequência do público de turistas, de que maneira isto foi realizado, se sabiam seu percentual, qual público entendiam como sendo o predominante na instituição, se desenvolvem estratégias ou ações direcionadas para este público e se, para tanto, realizam algum tipo de parceria.

Em um terceiro momento, buscou-se entender se as instituições consideram a relação entre museus e turismo como benéficas para si e para a comunidade na qual estão inseridos e se consideravam como interessante ter um turismólogo na equipe. Por último, buscou-se entender se a gestão tem conhecimento de políticas públicas direcionadas ao fomento e incentivo do turismo em museus, quais seriam as mais representativas e de que forma estas contribuem para a viabilização de ações no museu. Também foi questionado sobre a existência de um planejamento futuro em desenvolver novas ações e quais seriam as maiores dificuldades que a gestão enfrenta para alcançar uma maior integração entre museus e turismo.

4.1 Diretrizes Institucionais e aspectos de relacionamento com os turistas

Os documentos que definem a forma de atuação de um museu são seu Regimento Interno e seu Plano Museológico. Estes documentos versam sobre todo o funcionamento da instituição, sua natureza, organização estrutural e operacional, além de constar o detalhamento de seus planos de ação e projeções futuras. Desta maneira, buscou-se entender se estes documentos basilares das instituições analisadas fazem menção a estratégias e ações voltadas para o público de turistas.

Quando questionados sobre a presença de diretrizes voltadas ao público de turistas no Regimento Interno do Museu, 77,8% deles afirmaram não existir, e os 22,2% restantes afirmaram existir. De uma maneira geral, os participantes salientaram que as diretrizes existentes no documento buscam abranger os aspectos relacionados ao público de uma forma geral, abordando tópicos de comunicação, manutenção e melhorias estruturais que beneficiariam, mesmo que indiretamente, o público de turistas. A diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, Fabiane Moraes, apesar de também considerar que o museu não apresenta diretrizes específicas neste documento para o público de turistas, anexa na entrevista trechos do Regimento Interno que versam sobre as visitações, itens estes que abordam temas caros ao turismo, como: acesso e agendamento de ônibus de excursão, política de atraso aos ônibus de excursão em relação às visitas monitoradas, especificando, por exemplo, a manutenção da tolerância de 15 minutos

em atrasos por motivo de pausas longas de almoço ou outros agendamentos dentro do roteiro turístico, número máximo de visitantes por vez dentro do museu, divisão por grupos, política de flexibilização de horários para atender grupos agendados, política de bilheteria, entre outros. Outro trecho interessante de salientar do documento, é o que versa sobre o horário de funcionamento do museu, no qual específica sua extensão durante o período de realização da FENADOCE, devido ao aumento do fluxo de turistas que visitam a cidade durante o evento, aproveitando para conhecer outros aspectos de sua história e de seu patrimônio cultural.

Os itens que regulamentam a movimentação dos grupos de excursão, muitos dos quais se deslocam desde outras cidades e participam de roteiros turísticos que envolvem outros pontos culturais da cidade, e os que instituem o horário de funcionamento estendido durante a FENADOCE, são sim entendidos como diretrizes específicas.

Quando perguntados sobre a existência do Plano Museológico na instituição, 66,7% dos entrevistados informaram ter o documento elaborado, e 33,3% informaram não ter. Sobre a presença de diretrizes voltadas ao público de turistas no documento, da mesma forma que no Regimento Interno, de uma maneira geral, consideraram não haver tópico específico, mas que estaria dentro da abrangência de preocupações com o público visitante. Joana Lizott, museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo salienta que: “Não possui diretrizes específicas. O plano foca na pesquisa de público e recepção, carências do museu atualmente.” (LIZOTT, 2021). Desta maneira, podemos inferir que devido às carências dos museus, as gestões tendem a concentrar seus esforços em pontos específicos, de caráter emergencial, que muitas vezes podem se posicionar em detrimentos de outros tópicos, a ponto de não serem devidamente detalhados no documento.

Apesar da obrigatoriedade da elaboração e implementação do Plano Museológico ter sido instituído pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, não é o que ocorre na realidade, uma vez que, segundo a publicação Museus em Números, “37,4% dos museus cadastrados possuem regimento interno e 27,6% elaboraram planos museológicos” (IBRAM, 2011, p. 65). Dentre as instituições analisadas, somente o Museu Gruppelli, Museu Histórico da Colônia Maciel e Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense (que informou estar trabalhando no documento junto a administração), não têm o Plano Museológico implementado.

O número indicado de museus que apresentam museólogos dentre as instituições analisadas também foi relevante, uma vez que ultrapassou a margem de 50% (Figura 12). Segundo a pesquisa, 55,6% dos entrevistados informaram existir o cargo de museólogo nas instituições, 11,1% de já ter tido, entretanto, no momento não contar com o profissional na grade de funcionários, e 33,3%, de não existir o cargo no museu.

Figura 12: Gráfico sobre a pergunta “O museu possui cargo para museólogo?”
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A proporção de 55,6% de museólogos dentre as instituições analisadas é considerada alta se comparada ao cenário brasileiro. Segundo a publicação Museus em Números (IBRAM, 2011), que realizou um balanço da situação dos museus brasileiros a partir de uma ampla coleta de dados entre as instituições registradas, contabilizando 3025 unidades museológicas mapeadas pelo CNM, dentre as quais somente 1500 instituições responderam ao questionário, levantou um total de 447 museólogos, número este que não é dividido igualmente entre os museus brasileiros.

O fator que poderia explicar uma proporção de mais da metade de museus atendidos por museólogos dentro do recorte proposto, é o fato deste englobar museus universitários e museus assistidos pela UFPel através de projetos de extensão e pesquisa, como é o caso do Museu Gruppelli e do Museu Histórico da Colônia Maciel. Por estarem inseridos em uma cidade que tem um curso de Museologia ativo, um dos 14 disponíveis no país, os museus do recorte têm mais acesso a informações, suporte técnico e possibilidade de parcerias com mão de obra

especializada. Apesar da Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, salientar a obrigatoriedade da contratação de pelo menos um museólogo em cada um dos museus brasileiros, como podemos perceber, tal legislação ainda está longe de representar a realidade.

Desta forma, buscou-se entender o número e distribuição dos museólogos dentre os museus analisados, pois sua presença nestas instituições é entendida como fundamental. Além de ter o conhecimento de aspectos técnicos e práticos específicos para o gerenciamento dos diferentes setores de um museu, também possuem uma ampla visão das necessidades e potencialidades da instituição, sendo seus conhecimentos essenciais para a elaboração de estratégias de ação mais específicas, como, por exemplo, das ações educativas que podem ser desenvolvidas pelo museu com vistas a melhor integrar seu público de turistas (MARQUES, 2013).

4.2 Frequência do público de turistas e estratégias de atuação institucional

Inicialmente, é interessante observar a alta frequência de turistas nas instituições analisadas a partir da percepção dos participantes, os quais 66,7% consideram a presença deste público como “Sempre” e 33,3% consideram como “Regularmente” (Figura 13). Este aspecto mostra como a presença do público de turistas se faz relevante dentro dessas instituições, indicando que as ações voltadas a esta relação não seriam desnecessárias.

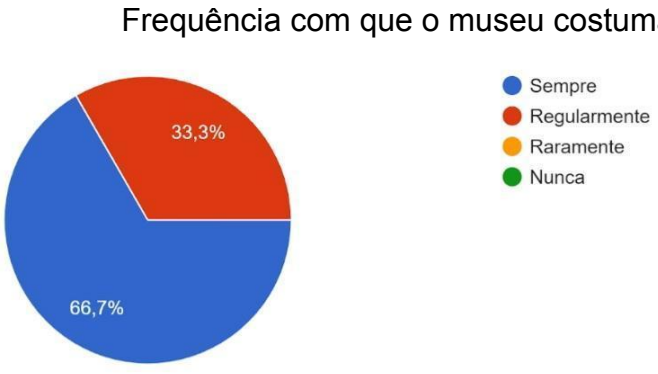

Figura 13: Gráfico sobre a pergunta “O museu costuma receber turistas com que frequência?”
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Quando perguntados sobre a existência de algum tipo de mapeamento ou estudo desenvolvido pelo museu que retratasse a dinâmica deste público, 66,7%

relataram ter estes dados e 33,3% relataram não ter. De maneira geral, os entrevistados indicaram utilizar como ferramenta para este estudo os registros realizados no livro de visitação da instituição e o apoio dos funcionários da recepção. O livro conta com o nome do visitante e informações pessoais básicas, como por exemplo a cidade de origem, profissão e data. Neste sentido, o diretor do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, João Iganci, relata que,

> Através da comparação do número de visitantes individuais (que em maioria são turistas) e de visitantes em grupos de escolas nos anos anteriores e posteriores à mudança de sede do museu. Após mudar para o novo endereço junto à Praça Cel. Pedro Osório, o museu teve um grande crescimento no número de visitantes individuais. Nos livros de visitas é possível perceber claramente o aumento de visitantes turistas, inclusive de outros estados e países. Isto se dá pela maior visibilidade do museu no novo endereço e pelas campanhas de publicidade veiculadas nos últimos anos não somente nos jornais locais, mas também na Zero Hora (Jornal de circulação estadual) (IGANCI, 2021).

O diretor faz um adendo interessante ao relacionar a mudança em seus níveis de público com a mudança da localização do museu para o centro histórico da cidade. Além do aumento de visibilidade proporcionado pela sua nova instalação, também foi corroborado pelo aumento da divulgação na mídia. A técnica administrativa do museu, Carolina Régis, complementa ao informar que uma aluna do curso de turismo, ao realizar seu estágio curricular obrigatório na instituição, fez este mapeamento. O relato evidencia como a presença dos museus universitários tem um forte potencial de instigar o diálogo entre as áreas, podendo contribuir para o estreitamento de laços entre os museus e o turismo.

Quando questionados sobre o tipo de público predominante nas instituições e se conheciam o seu percentual de turistas, 77,8% dos participantes afirmaram ter esse registro (Figura 14), além de que todos citaram os turistas como sendo seu público principal ou o segundo mais numeroso.

Conhecimento do museu sobre seu percentual de turistas

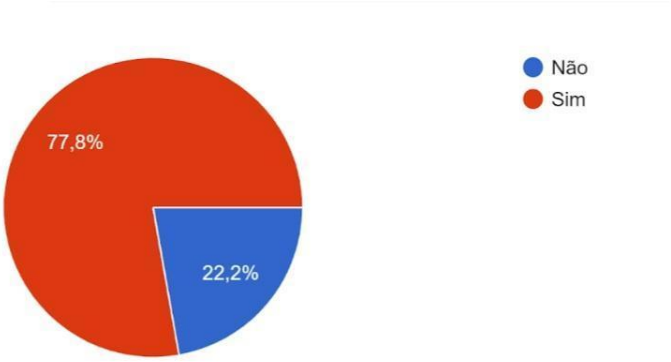

Figura 14: Gráfico sobre a pergunta “A Instituição sabe qual o seu percentual do público de turistas em relação aos outros?”
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A maioria dos entrevistados entendem o público formado por estudantes, escolares ou universitários, como os predominantes. Entretanto, é interessante perceber que alguns deles consideram como predominante o de turistas, como é o caso do Museu Histórico da Colônia Maciel e do Museu Gruppelli, que informou receber uma média de 15% de moradores de fora de Pelotas, mas que se considerar o turismo dentro da própria cidade (turismo rural), este tipo de público chega a 90%.

Dentre os outros museus participantes, a maioria informou que a porcentagem de seu público de turistas constatado por seus levantamentos, ficava muito próximo a 50%. Outro caso interessante é o relatado pelo Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, pois indica que entre 2018 e 2019, a porcentagem de turistas alcançou 61%, mas que esse número se baseia apenas nas assinaturas do livro de visitantes, o que não seria tão exato, uma vez que nem todos identificam a procedência. Também salienta que a contagem total (realizada visualmente), apresentou uma diferença de ao menos 3000 pessoas que não assinaram o livro de visitas no ano de 2019, sendo o primeiro ano, desde que o levantamento começou a ser realizado em 2015, que o número de visitantes de fora da cidade superou o de pelotenses.

Desta forma, fica evidente além da frequência regular desse tipo de público nas instituições analisadas, a sua alta porcentagem em relação ao público total, o que justificaria a importância destas instituições desenvolverem estratégias para melhor atender este público. Apesar disso, quando perguntados sobre o desenvolvimento de alguma estratégia de atuação ou ação direcionada ao público

de turistas, 44,4% informam que realizam, e 55,6% que não realizam nada neste sentido.

A maior parte dos entrevistados afirmou realizar atividades e programações voltadas para o público em geral, o que acabaria incluindo os turistas. Já o Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, o Museu Gruppelli e o Museu do Doce, afirmaram desenvolver ações que consideram como sendo voltadas especificamente para este público.

Dentre estes relatos, destaca-se o do diretor do Museu do Doce, que lista uma série de ações realizadas na instituição ao longo dos anos com vistas a melhor atender ou entender o seu público de turistas, como: a realização de visitas mediadas com preparação prévia, participação de estudantes do curso de turismo da UFPel com a realização de estágios curriculares que buscaram explorar as possibilidades do turismo junto ao museu, disponibilização de material impresso com informações turísticas produzidos pela UFPel ou pela SECULT, disponibilização de informações sobre os demais museus da cidade, entendidas como informações estratégicas aos turistas, cuja demanda é constante na portaria da instituição, e a preparação da agenda do museu para os eventos que aumentam exponencialmente seu público, dentre eles, o Dia do Patrimônio, a FENADOCE e feriados nacionais.

> Em eventos como a Fenadoce em que o número de visitantes chega a se multiplicar por dez, há uma organização para a ampliação do número de mediadores que é realizada inclusive com o auxílio de outros órgãos da universidade, como a Pró-reitoria de Extensão [e Cultura] e a Rede de Museus. Também ampliamos o horário de funcionamento do museu durante toda a Fenadoce para melhor receber o público formado por turistas. A comissão organizadora da Fenadoce em 2019, por exemplo, recebeu informações sobre o museu que pudessem ser repassadas ao público do evento. Nesse mesmo ano, o museu realizou uma exposição sobre a história da Fenadoce que também foi divulgada para o público do evento, gerando mídia diversa e ampliando o número de visitantes. (HEIDEN, 2021)

Neste trecho, podemos destacar o impacto que a FENADOCE tem nos museus da cidade, representado tanto na possibilidade de parcerias e elaboração de ações conjuntas, quanto em seu próprio horário de funcionamento, que assim como nos relatos da diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa, também tem seu horário de funcionamento estendido no período de realização do evento. É importante salientar, que, em relação a este tópico da entrevista, o museólogo do Museu do Doce, Matheus Cruz, entende que o museu não elabora nenhuma estratégia ou ação voltada especificamente ao seu público de turistas, o que

evidencia a diferença de visões em relação ao funcionamento e estratégias desenvolvidas dentro de um mesmo museu.

Mais especificamente sobre as parcerias desenvolvidas para melhorar a comunicação destes museus com seu público de turistas, 55,6% dos entrevistados apontam existirem e 44,4% afirmam que não (Figura 15).

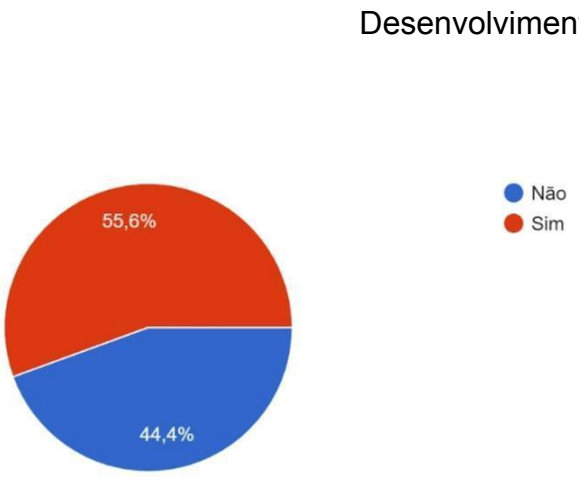

Figura 15: Gráfico sobre a pergunta “O museu desenvolve alguma parceria (outras instituições, empresas, membros da sociedade civil, etc) que vise aumentar ou melhorar sua comunicação com o público de turistas?”
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Estes dados são reveladores da falta de articulação entre as instituições museológicas pelotenses e demais instituições, sejam elas de caráter público ou privado, pois ao mesmo tempo em que afirmam ter uma alta frequência de público de turistas nas instituições, menos da metade afirma desenvolver algum tipo de parceria para melhor atender esta parcela significativa de seu público cotidiano. Dentre as instituições citadas como parceiras em algum momento pelos museus restantes, estão instituições como: a Prefeitura Municipal de Pelotas, SECULT, Pelotas Turismo, UFPel, comissão organizadora da FENADOCE, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Patrulha Ambiental da Brigada Militar (PATRAM), outros museus pelotenses e colaborações de órgãos culturais em nível estadual.

4.3 Políticas públicas e seus reflexos nos museus pelotenses

Com o objetivo de melhor entender a percepção dos entrevistados sobre os efeitos que um estreitamento dos laços entre os museus em sua intersecção com o turismo poderia gerar, é que foi perguntado se entendiam que isto poderia trazer benefícios para a instituição e para a comunidade na qual está inserido. Em ambas as perguntas, 100% dos entrevistados responderam que “Sim”.

De uma maneira geral, salientaram a importância da troca de informações e experiências, que se estendem para além do momento da visitação, instigando a construção do conhecimento mútuo, da tolerância e cidadania, além de salientarem que os turistas fazem grande parte do público dos museus e que, por sua vez, os museus alimentam a cidade com mais atrativos para receber os visitantes.

O fator da possibilidade de geração de renda atrelada ao turismo, foi mais incisivamente pontuada pelos representantes dos museus situados em zonas rurais da cidade. Luciana Peixoto, entrevistada representante do Museu Histórico da Colônia Maciel salienta que, devido ao museu estar localizado na zona rural, o turismo é uma das únicas fontes de visitantes, uma vez que “a comunidade do entorno do museu é produtora de vinhos e produtos coloniais, com pequena rede de distribuição. O aumento do turismo na localidade ajudaria a aumentar as vendas e melhorar as condições econômicas da comunidade” (PEIXOTO, 2021). Já o entrevistado representante do Museu Gruppelli, considera que “o turismo, caso seja planejado de forma sustentável, pode gerar inúmeros benefícios. No caso do turismo rural, gera aquecimento na economia, eleva-se a autoestima da comunidade, envolve as pessoas, gera emprego, etc.” (RIBEIRO, 2021).

Por sua vez, a maior parte dos entrevistados expressam suas preocupações em relação ao planejamento e desenvolvimento das atividades provenientes da aproximação entre museus e turismo.

> Se por um lado os visitantes locais possivelmente tenham mais possibilidade de chegar ao museu com pré-informações e conhecimentos sobre esses patrimônios, os turistas, ou visitantes externos, são potencialmente visitantes com maior pré-disposição a encontrarem novas informações e tipos de experiências que o museu especificamente irá a eles proporcionar. Cabe, no meio disso, e considerando todas as questões anteriores, refletir sobre qual perfil de turista se está falando. (Heiden, 2021)

Neste trecho, Heiden salienta não somente sua preocupação com o planejamento das atividades direcionadas ao público de turistas, mas também o conhecimento institucional sobre este público. Entender para quem se está comunicando, quais suas necessidades e expectativas, contribui para que esta

relação aconteça de uma forma saudável e produtiva. Somente desta forma se converteria em benefícios para o visitante de outras localidades em seu contato com aquela cultura ou nova temática, para a instituição e para toda a comunidade local envolvida indireta ou diretamente. Neste sentido, é que o turismo cultural se apresenta como a opção de turismo mais interessante para os museus, pois conforme salienta Dias (2010), o turista que se insere nessa classificação tem interesse por conhecer a história da comunidade e a temática abordada pelo museu de maneira mais profunda, mas para isso, precisam encontrar um ambiente de comunicação clara e fluida, que acolham seus questionamentos de forma planejada.

Como forma de estimular o desenvolvimento de estratégias que melhor atendessem o seu público de turistas, contribuindo, por exemplo, para o estabelecimento de parcerias com demais órgãos e instituições, foi perguntado aos entrevistados se consideravam como importante ter um turismólogo atuando na equipe. 77,8% dos entrevistados afirmaram que “Sim”, 22,2% afirmaram “Nunca ter pensado na possibilidade” e 0% elegeram a resposta “Não”.

É interessante observar que alguns entrevistados, representantes de museus universitários participantes da pesquisa, relataram experiências positivas ao terem recebido estudantes do curso de turismo em seus estágios curriculares, como é o caso do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter e Museu do Doce. Entretanto, os entrevistados também apontam a dificuldade em conseguir mão de obra de uma forma geral para a elaboração de suas atividades, tendo em seus museus a demanda de profissionais mais urgentes, como por exemplo, de museólogos.

Mais especificamente sobre as políticas públicas direcionadas ao fomento e incentivo do turismo em museus, os entrevistados foram questionados se tinham conhecimento sobre esse tipo de políticas. 44,4% informaram que “Sim” e 55,6% informaram que “Não” (Figura 16).

Conhecimento da gestão sobre políticas públicas específicas

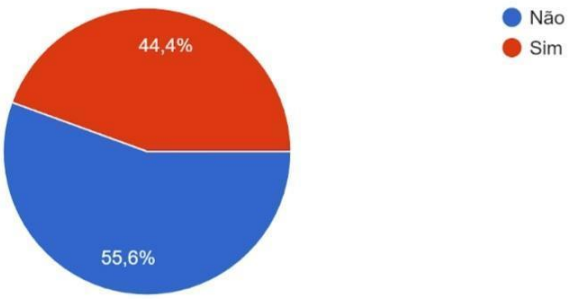

Figura 16: Gráfico sobre a pergunta “A gestão do museu tem conhecimento de políticas públicas direcionadas ao fomento e incentivo do turismo em museus?”
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Dentre os que apontaram conhecer políticas com essa finalidade, destacaram os editais para fomento de projetos de extensão e organização de eventos, além das parcerias entre órgãos culturais e comissões organizadoras de eventos, que produzem materiais de divulgação, exposições e demais atividades culturais que aumentam a variedade de atrativos turísticos na cidade atrelados aos museus. Apesar de apontarem ter conhecimento de políticas neste sentido, alguns dos entrevistados salientaram a sua falta de consistência.

Já quando questionados sobre de que forma essas políticas públicas realmente contribuem para a viabilização das ações do museu em relação a seu público de turistas, as respostas se mostraram um pouco mais negativas. Luciana (2021) afirma “não ver grande contribuição” e Matheus (2021), afirma que “não sabe”. Outras questões também são abordadas, como o próprio direcionamento das ações institucionais, seguindo suas demandas mais urgentes, pois segundo Joana,

> Como o público de turistas não estava entre as prioridades, não estou atualizada nas políticas públicas específicas. [...] Entendo a política pública como uma ferramenta, que está em construção e atualização constante, e que precisa ser pensada aliada ao planejamento de cada instituição. Campanhas de incentivo à visitação por exemplo, podem aumentar o número de turistas, mas no caso do MALG por exemplo, esse turista acaba não tendo um atendimento pensado para ele, carecemos muito de treinamento, articulação com outros espaços da cidade (mesmo outros museus da universidade), mediadores, ou mesmo material em outras línguas. O atendimento ao público (em geral, não só turistas) é um dos maiores problemas do MALG no momento. (LIZOTT, 2021)

Outros entrevistados, porém, frisam que estas políticas contribuíram para os museus na medida em que fomentaram o debate interno, abriram linhas de financiamento e criaram instrumentos para formação e promoção de atividades. A

representante do Museu Municipal Parque da Baronesa aponta, inclusive, a política nacional de entrada gratuita e de meia entrada em atrações culturais, instituída pela gestão administradora do museu.

Sobre a existência de planejamentos futuros para desenvolver novas estratégias que visem melhorar a relação do museu com seu público de turistas, a maior parte dos entrevistados se mostrou interessada. Entretanto, fatores como a falta de infraestrutura básica, de sede própria, recursos humanos, a própria ordem de prioridades no planejamento institucional e os agravamentos relacionados a pandemia de COVID-19, foram alguns dos empecilhos citados. Em maior ou menor grau, as preocupações levantadas pelos entrevistados perpassam todas as instituições analisadas, que veem a manutenção de suas atividades básicas com preocupação, em um clima de insegurança em relação a seus planejamentos e projeções futuras.

Neste sentido, também foi perguntado aos entrevistados sobre qual seria a maior dificuldade encontrada pela gestão para alcançar uma maior integração entre museus e turismo. De uma maneira geral, o problema mais apontado para o desenvolvimento de ações voltadas para este tipo de público, foi a falta de corpo técnico nas instituições. A falta de recursos financeiros e de verbas direcionadas aos museus também foi um tópico abordado, mas talvez pela escassez contínua desse recurso, se apresentando aos museus quase como uma realidade pré-estabelecida, é que vários dos entrevistados apontaram na falta de pessoas o principal fator inibidor da realização de planejamentos mais elaborados e ações mais específicas.

> A falta de recursos para a produção de materiais ou ações específicas é um problema, mas é algo que pode ser sanado com parcerias e um pouco de criatividade. A falta de pessoal afeta todo o funcionamento, não só do atendimento aos públicos. É uma das maiores dificuldades (LIZOTT, 2021).

Na sequência, dentre os principais problemas apontados pelos entrevistados está a falta de políticas públicas mais consistentes e de sua implementação de forma ampla e coordenada, não abrangendo somente ações pontuais. Neste sentido, também indicam a falta de comunicação eficiente entre as duas áreas. A diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa relata que,

> O museu não tem um plano direcionado para turismo, nossas atividades são oferecidas pelas redes sociais e por e-mail para algumas escolas da cidade e de fora. Como já havia comentado, não se tem um trabalho com agências nem com o setor de turismo da prefeitura, do museu para o SDETI [Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação], e sim da SDETI para o museu, com eventos como o City tour (MORAES, 2021).

A dificuldade de uma maior aproximação entre as duas áreas se dá, segundo Castro (2007) muitas vezes, devido a resistência de gestores do patrimônio cultural e de representantes do turismo, como órgãos e empresas privadas, que partindo de interesses por vezes divergentes, têm sua comunicação estremecida, impedindo-os de observar os vários pontos de convergência entre as duas áreas e as potencialidades envolvidas no desenvolvimento desta relação. Esse receio pode ser observado nas reflexões propostas pelo diretor do Museu do Doce,

> [...] Também é notório que muitas iniciativas no campo do turismo tenham viés excessivamente mercadológico, o que pode tolher expectativas, ou limitar experiências que os turistas venham a ter nos museus. Já presenciamos grupos de turistas coordenados por guias de turismo que recebem orientações descontextualizadas sobre a história local, além de uma forma de condução da visita que beira a inadequação. Um trabalho de formação continuada com guias de turismo, por exemplo, poderia melhorar muito a experiência do público visitante do Museu do Doce e das demais atrações locais (Heiden, 2021).

Assim como o diretor aponta ao final de sua fala, uma parceria mais consistente entre os museus da cidade e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação (SDETI), por exemplo, poderia gerar um trabalho de formação continuada para os guias de turismo que atuam na cidade, recebendo informações e representantes dos próprios museus, que melhor tem o entendimento sobre sua história e do patrimônio que comunicam, baseados em estudos científicos. Iniciativa parecida já foi realizada pela SECULT e pela Rede de Museus da UFPel, porém, estes cursos tiveram atuações pontuais, ligadas ao evento anual “Dia do Patrimônio".

Apesar de entenderem a aproximação entre museus e turismo como uma estratégia interessante para a instituição, com potencial de gerar benefícios tanto para suas dinâmicas internas, quanto para a comunidade a qual o museu está inserido, os meios para alcançar tal relação ainda se mostram muito turvos. A carência generalizada de recursos de ordem humana, financeira, estrutural e material apontadas pelos entrevistados, bem como pela falta de políticas públicas mais consistentes, limitam por si só o funcionamento básico dos museus. Desta maneira, direcionar esforços para a elaboração de ações mais específicas, como, por exemplo, da realização de uma formação continuada e sistematizada para os guias de turismo da cidade, como mencionado acima, muitas vezes acaba ficando para um segundo plano de ação.

Considerações Finais

A cidade de Pelotas tem um patrimônio cultural rico e diversificado, expresso em seus edifícios coloniais e ecléticos, exemplares do patrimônio histórico da cidade e em seu universo simbólico de saberes e fazeres, construídos ao longo do tempo na região, e que têm nos doces um de seus principais representantes. Nos últimos anos, a cidade que é conhecida como a capital nacional do doce, recebeu reconhecimentos importantes, como o registro de sua tradição doceira pelo IPHAN, em 2018, e do tombamento de seu centro histórico pelo IPHAN, também em 2018, além de contar com vários edifícios históricos tombados em nível federal, estadual e municipal. Para que a preservação desta cultura fosse assegurada, a cidade recebeu financiamentos, como o do Programa Monumenta e PAC das Cidades Históricas, que tinha dentre seus objetivos aliar a preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento econômico das cidades, revitalizando edifícios históricos e promovendo qualificação de mão de obra e atividades que incentivassem o turismo, a geração de renda e o desenvolvimento social nestas cidades contempladas.

Entretanto, é possível perceber que apesar do alto investimento público em governos anteriores na revitalização do patrimônio histórico pelotense e dos entrevistados considerarem que seu público de turistas representa, em alguns deles, seu público predominante, e em outros, seu segundo público predominante, alcançando uma média de 50% de turistas em relação a seu público total, somente 44,4% dos entrevistados afirmam desenvolver algum tipo de estratégia ou ação direcionada ao seu público de turistas. Dentre as ações desenvolvidas, destacaram: a confecção de folhetos informativos disponibilizados na recepção dos museus, treinamento dos mediadores das instituições para realizarem um diálogo com seus visitantes, ampliação de seu horário de funcionamento durante a realização de eventos na cidade que atraem grande público de turistas, como é o caso da FENADOCE, política interna de visitação e acesso de ônibus turístico, participação de alunos do curso de turismo da UFPel para a realização de estágios curriculares, parcerias com órgãos como a Prefeitura Municipal de Pelotas, UFPel, com os museus pesquisados, entre outras instituições.

Apesar de uma parcela dos entrevistados apontarem o desenvolvimento destas atividades voltadas ao público de turistas e da realização de algumas

parcerias que contribuem para o estreitamento de laços entre estes museus e o turismo, estas ações apresentam um caráter pontual, cujas potencialidades não são profundamente exploradas pelas instituições analisadas, que entendem, de uma maneira geral, esta relação como algo interessante para o museu, mas não como algo importante, ou mesmo essencial de ser melhor desenvolvido.

A precarização dos equipamentos culturais brasileiros, no qual se incluem os museus, é apontado pelos participantes como um dos principais fatores inibidores do desenvolvimento de estratégias que integrem os museus e o turismo. Da mesma maneira, foi apontada a desarticulação das políticas públicas e órgãos reguladores da área dos museus, como o IBRAM, impedindo que as iniciativas de fomento aos museus e turismo cheguem às bases, e afetando principalmente as pequenas e médias instituições museológicas no interior do país, o que evidencia uma falha no cumprimento dos compromissos de descentralização das políticas públicas estabelecidos pela Política Nacional de Museus. Este fator é evidenciado quando somente 44,4% dos entrevistados afirmam ter conhecimento da existência de políticas públicas direcionadas ao fomento e incentivo do turismo em museus, e quando questionados sobre de que forma essas políticas públicas realmente contribuem para a viabilização das ações do museu em relação a seu público de turistas, de uma maneira geral, afirmam não haver grandes contribuições neste sentido, salientando ainda, que o desenvolvimento de ações voltadas ao público de turistas não integra as prioridades institucionais, não havendo dessa forma, uma maior busca por conhecer e utilizar este tipo de políticas.

De uma maneira geral, também pode ser observado que, apesar de 66,7% dos entrevistados relatarem a existência de estudos que retratam a dinâmica do público de turistas nas instituições analisadas, falta um maior aprofundamento no levantamento e análise destes dados, pois informações como o número de turistas visitantes nas instituições, bem como de seu aumento percentual durante eventos na cidade, como a FENADOCE e o Dia do Patrimônio, reconhecidos pelos entrevistados como fatores de aumento considerável do número de visitações, não apresentam um estudo mais aprofundado sobre este público, o que dificulta a própria elaboração de estratégias institucionais que visem melhorar sua comunicação com os turistas. Algumas destas informações poderiam ser levantadas durante a realização desta pesquisa, entretanto, devido a pandemia de COVID-19, os levantamentos que demandam estudos presenciais foram dificultados.

Aliado à desarticulação das políticas públicas, o desenvolvimento de atividades que integrem os museus e o turismo também são dificultadas pela falta de comunicação entre as duas áreas, que muitas vezes podem se mostrar conflituosas. A busca dialógica em desenvolver estratégias museológicas que integrem o turismo dentro de seus planejamentos, de forma consciente e sustentável, pode apresentar-se como um grande aliado na própria preservação do patrimônio cultural e valorização da autoestima local, através da valorização do outro em relação à sua cultura e aos produtos e serviços que, naturalmente integram este processo. A atividade turística não pode ser vista pelos gestores do patrimônio cultural como um mal a ser combatido, como muitas vezes podemos observar, mas deve ser encarado como um ato de responsabilidade. Se os museus são uma das instituições culturais que maior simbolizam a defesa do patrimônio cultural, não é encerrando-se em si mesmos que irão cumprir com a sua função social, mas sim estando em movimento, diálogo e contribuindo na gestão ampla da comunicação e preservação do patrimônio cultural.

É neste sentido que as reflexões propostas pela pesquisa buscam contribuir para um maior entendimento sobre as possibilidades que envolvem a temática, fomentando sua discussão, visto que ainda é pouco explorada nas áreas da museologia e do turismo.

Referências Bibliográficas

1970 a 2000: surge o conceito mais abrangente de bem cultural. IPHAN. 2020. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3581>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

A feira mais doce. FENADOCE. 2020. Disponível em:<https://fenadoce.com.br/a-feira/>. Acesso em: 16 de dez. de 2020.

ALMEIDA, Liciane Machado; BASTOS, Michele de Souza. **A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial**. Revista CPC, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15591>. Acesso em: 16 dez. 2020.

BACELAR, Aline; PEREIRA, Juliana; PONTUAL, Virgínia. **Patrimônio, planejamento urbano e turismo cultura: os encontros de governadores de Brasília e Salvador**. Revista Jatobá, Goiânia, v. 2. 2020.

BACH, Alcir Nei. **O patrimônio industrial rural: as fábricas de compotas de pêssego em Pelotas – 1950 à 1970**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 2, n. 2. 2010.

BARBOSA, Ycarim. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

BRASIL. **Medida provisória nº 870, de 1º de Janeiro de 2019**. 2021. Disponível em<https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830/do1esp-2019-01-01-medida-provisoria-n-870-de-1-de-janeiro-de-2019-57510692>. Acesso em: 26 de abr. de 2021.

CARVALHO, José Jorge de. **Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria do entretenimento.** In: LONDRES, C. et al. Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectiva. Rio de Janeiro: Funarte/ IPHAN/CNFCP, 2004.

Casa Gruppelli - Turismo rural. Serra dos Tapes. Disponível em:<https://www.serradostapes.com.br/casa-gruppelli-cicloturismo-pelotas/>. Acesso em: 19 de maio de 2021.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines. **Museu e Turismo: uma relação delicada**. VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Salvador, out. 2007.

COSTA, Flávia. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.

CRUZ, Matheus. **Entrevista semi-estruturada** [28 abr. 2021]. Entrevistadora: Aline Regiane de Jesus Mota. Pelotas, 2021.

DAMATTA, Roberto. **Você tem cultura?**. In Explorações: ensaios de sociologia interpretativa, Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 121-128.

Declaração de Quebec: Princípios de Base de Uma Nova Museologia, 1984. In: Legislação sobre Museus. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 2012.

Declaração do Rio de Janeiro, 1958 (Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, no Rio de Janeiro, 1958). In: Legislação sobre Museus. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 2012.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: Recursos que acompanham o crescimento das cidades**. Editora Saraiva, 2010.

FARIAS, Vivian Madeira. **As duas faces da relação entre Patrimônio Cultural Imaterial e a Atividade Turística**. IV Congresso Internacional de História. Maringá, 2009.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; CERQUEIRA, Fábio Vergara; RIETH, Flávia Maria da Silva. **O doce pelotense como patrimônio imaterial: diálogos entre o tradicional e a inovação**. MÉTIS: História & Cultura – v. 7, n. 13, p. 91-113, jan./jun. 2008.

Fórum Nacional de Museus (2006: Ouro Preto, MG) O futuro se constrói hoje: relatório. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2008.

HEIDEN, Roberto. **Entrevista semi-estruturada** [23 mar. 2021]. Entrevistadora: Aline Regiane de Jesus Mota. Pelotas, 2021.

Histórico do Museu Espaço Cultural da Etnia Francesa. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/museumaciel/museu-da-colonia-francesa/>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

ICOMOS, 1976. **CARTA DE TURISMO CULTURAL - ICOMOS, 1976**. Cadernos de Sociomuseologia, v. 15, n. 15, 2011.

IGANCI, João. **Entrevista semi-estruturada** [23 mar. 2021]. Entrevistadora: Aline Regiane de Jesus Mota. Pelotas, 2021.

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a história do museu**. In: Caderno de diretrizes museológicas. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, 2. ed. 2006.

LEI Nº 7.287, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1984. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. In: Legislação sobre Museus. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 2012.

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Política Nacional de Turismo. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em: 15 de nov. de 2020.

LIZOTT, Joana Soster. **Entrevista semi-estruturada** [23 mar. 2021]. Entrevistadora: Aline Regiane de Jesus Mota. Pelotas, 2021.

MARRONI, Fabiane Vilella. **Pelotas (re)vista: a Belle Époque da cidade através da mídia impressa** – São Paulo, 2008.

MARQUES. Joana. **Museus contemporâneos: locais de contágios e hibridismos**. MIDAS - Museus e estudos interdisciplinares. 2013.

MICHELON, Francisca R., & LEAL, Noris Mara P. M. **ENTREVISTA COM JOSÉ DO NASCIMENTO JÚNIOR**, 17 DE SETEMBRO DE 2014. In: Expressa Extensão, v. 19, n. 2, UFPel, 2014.

MONTEIRO, Simone Flores. **Política Pública para Museus no Brasil: O Lugar do Sistema Brasileiro de Museus na Política Nacional de Museus**. Tese (Doutorado em Museologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. 2016.

MORAES, Fabiane Rodrigues. **Entrevista semi-estruturada** [07 abr. 2021]. Entrevistadora: Aline Regiane de Jesus Mota. Pelotas, 2021.

MOREIRA, Fernanda Brusco ; ALVES, Sabrina Hoenig. **A Importância do Turismólogo dentro de Instituições Museológicas**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) - Escola de Negócios, Universidade Positivo, Curitiba, 2010.

Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter. Rede de Museus da UFPel. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/rededemuseusdaufpel/museu-de-ciencias-naturais-carlos-ritter/>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

Museu Etnográfico da Colônia Maciel - Histórico. Museu Etnográfico da Colônia Maciel. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/museumaciel/historico/>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

Museu e Turismo: Estratégias de Cooperação. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2014.

Museu Municipal Parque da Baronesa. Bibliotecas. Disponível em:<http://bibliotecas.cultura.gov.br/espaco/8340/#/tab=sobre>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

Museu da Colônia Maciel sofre com desabamento do telhado - Prof. Fábio Vergara Cerqueira se manifesta sobre desabamento do museu. UFPel, 2017. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/ich/2017/02/17/museu-da-colonia-maciel-sofre-com-desabamento-do-telhado/>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

Museus em Números. Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

Parceiros. Sistema Municipal de Museus de Santa Maria. Disponível em:<http://sistemademuseussm.blogspot.com/p/parceiros.html>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

Patrimônio Cultural e Natural no Brasil. UNESCO. Disponível em:<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em: 25 de abr. de 2021.

Patrimônio Mundial no Brasil. UNESCO. Disponível em:<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em: 25 de abr. de 2021.

PEIXOTO, Luciana da Silva. **Entrevista semi-estruturada** [27 mar. 2021]. Entrevistadora: Aline Regiane de Jesus Mota. Pelotas, 2021.

PELOTAS. **Lei nº 2708, de 10 de maio de 1982**. Disponível em: <https://camara-municipal-de-pelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/497517/lei-2708-82>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

PELOTAS. **Lei nº 4792 de 01 de Março de 2002**. Disponível em: <https://camara-municipal-de-pelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/488722/lei-4792-02>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

PELOTAS. **Lei nº 6.389 de Novembro de 2016**. Disponível em:<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2016/639/6389/lei-ordinaria-n-6389-2016-institui-no-ambito-do-municipio-de-pelotas-o-sistema-municipal-de-cultura-e-dispoe-sobre-seus-principios-estrutura-funcionamento-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

Pelotas pelo Tempo. Prefeitura Municipal de Pelotas. 2020. Disponível em:<https://www.pelotas.com.br/cidade/historia>. Acesso em: 16 de dez. de 2020.

Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania - Ministério da Cultura – Brasília, maio de 2003.

POMIAN, Krzysztof. **Colecção**. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

Portal Brasileiro de Dados Abertos. **Ministério da Cultura - MinC**. 2021. Disponível em:<https://dados.gov.br/organization/about/ministerio-da-cultura-minc>. Acesso em: 26 de abr. de 2021.

PRETTO NETO, Dary; SERRES, Juliane Conceição Primon. **Programas federais de preservação ao patrimônio histórico em Pelotas/RS**. MOUSEION, Canoas, n. 34, dez. 2019, p. 11-26.

Projeto de extensão "Museu Gruppelli". Rede de Museus da UFPel. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/rededemuseusdaufpel/projeto-de-extensao-museu-gruppelli/>. Acesso em: 19 de maio de 2021.

RANGEL, Janaína Vergas. **Entrevista semi-estruturada** [25 mar. 2021]. Entrevistadora: Aline Regiane de Jesus Mota. Pelotas, 2021.

RÉGIS, Carolina Silveira. **Entrevista semi-estruturada** [19 abr. 2021]. Entrevistadora: Aline Regiane de Jesus Mota. Pelotas, 2021.

RIBEIRO, Diego Lemos. **Entrevista semi-estruturada** [25 mar. 2021]. Entrevistadora: Aline Regiane de Jesus Mota. Pelotas, 2021.

RÚSSIO, Waldisa. **Interdisciplinarity in museology**. Museological Working Papers – MuWoP 2. 1981.

SALGUEIRO, Valéria. **Grand Tour: uma contribuição a história do viajar por prazer e por amor à cultura**. Revista Brasileira de História, Niterói, v. 22, 2002.

Sobre o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, 2021. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/malg/sobre-o-museu/>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

Sobre o Museu do Doce - História. Museu do Doce da UFPel, 2021. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/museudodoce/>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

UFPEL. **Resolução nº 16, de 19 de Dezembro de 2018**. Aprova as alterações no Regimento do Museu do Doce da UFPel. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2018/12/SEI_Resolu%C3%A7%C3%A3o-16.2018-Altera%C3%A7%C3%B5es-no-Regimento-do-Museu-do-Doce.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

VARGAS, Jonas Moreira. **“Capitães, comendadores, negociantes”: A primeira geração de charqueadores de Pelotas e a sua elite (1790-1835)**. Revista Latino-Americana de História, v. 3, n. 11, set. de 2014.

VIRGINIO, Darlyne Fontes. **Turismo e Cultura: Um estudo sobre o Programa de Qualificação de Museus para o Turismo**. Revista de Turismo Cultural, v. 4, n. 1, p.34-48, 2010.

Apêndices

APÊNDICE A – Entrevista semi-estruturada sobre a relação Museu/Turismo

Esta pesquisa destina-se à realização do Trabalho de Conclusão de Curso, em Museologia Bacharelado da UFPel, no semestre de 2021/1. Onde tenho o objetivo de entender qual a visão das Instituições museológicas pelotenses analisadas em relação aos museus e turismo, seus pontos de interseção, relevância e desafios para a Instituição.

Dados Pessoais

1- Nome:
2- Idade:
3- Gênero:
4- Possui formação em qual área:
5- Tempo de atuação na Instituição:

Dados Institucionais

6- O Museu costuma receber turistas com que frequência?
( )Sempre ( )Regularmente ( )Raramente ( )Nunca.

7- O Museu possui cargo para museóloga/o?
( )Não ( ) Sim ( )Já teve, porém atualmente não conta com o profissional na grade de funcionários.

8- O Regimento Interno do Museu apresenta diretrizes voltadas ao público de turistas?
( )Não ( )Sim,
Se sim, Quais são?

9- O Museu possui Plano Museológico?
( )Não ( )Sim,
Se sim, o documento apresenta diretrizes voltadas para o público de turistas? Quais são elas?

10- Qual o tipo de público que é predominante na Instituição?

11- Existe algum tipo de mapeamento ou estudo desenvolvido pelo Museu que retrata a dinâmica do público de turistas da Instituição?
( )Não ( )Sim,
Se sim, quando e de que forma este estudo foi realizado?

12- A Instituição sabe qual o seu percentual do público de turistas em relação aos outros?

( )Não ( )Sim,
Se sim, qual o percentual?

13- O Museu desenvolve estratégias ou ações direcionadas ao público de turistas da Instituição?
( )Não ( )Sim,
Se sim, quais são elas? De que forma estas ações são planejadas e organizadas?

14- O Museu desenvolve alguma parceria (outras instituições, empresas, membros da sociedade civil, etc) que vise aumentar ou melhorar sua comunicação com o público de turistas?
( )Não ( )Sim,
Se sim, quais são elas?

15- A gestão considera que a relação entre museus e turismo poderia trazer benefícios para a Instituição?
( )Não ( )Sim,
Justifique.

16- A gestão considera que a relação entre museus e turismo poderia trazer benefícios para a comunidade na qual a Instituição está inserida?
( )Não ( )Sim,
Justifique.

17- A gestão considera importante ter um turismólogo atuando junto ao Museu?
( )Não ( )Sim ( )Nunca havia pensado na possibilidade,
Justifique.

18- A gestão do Museu tem conhecimento de políticas públicas direcionadas ao fomento e incentivo do turismo em museus?
( )Não ( )Sim,
Se sim, quais são, na visão da Instituição, as mais representativas?

19- De que forma estas políticas públicas realmente contribuem para a viabilização das ações do Museu em relação a seu público de turistas?

20- Existe um planejamento futuro em desenvolver novas estratégias e ações que visem melhorar a relação do Museu com seu público de turistas?

21- Qual a maior dificuldade que a gestão do Museu enfrenta para alcançar uma maior integração entre museus e turismo e para o desenvolvimento de ações voltadas para seu público de turistas?

APÊNDICE B – Entrevista semi-estruturada respondida por Roberto Heiden

1- Roberto Heiden
2- 41
3- Masculino
4- Graduação em Artes Visuais - Licenciatura; Mestrado e Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural.
5- 11 anos como professor, 2 anos como diretor do Museu do Doce.

6- Sempre

7- Sim

8- Sim

8.1- A palavra turista ou turismo não é expressa no regimento no Museu, no entanto, há uma preocupação explícita com aspectos educacionais e com atividades de pesquisa e comunicação do acervo que se darão por meio das exposições, ações culturais, visitas mediadas, dentre outros tipos de ações. Todas essas atividades são apresentadas ao público visitante, sejam os visitantes locais, ou de fora da cidade de Pelotas.

9- Sim

9.1- Da mesma forma como no regimento, não há tópico específico no documento voltado para o tema do turismo/turistas, mas essa abrangência junto ao público visitante é considerada pelo documento, tanto ao mencionar a atuação de estudantes de cursos de graduação em turismo enquanto estagiários ou colaboradores de projetos atuantes no museu, por exemplo, como também por entender que as diversas atividades culturais desenvolvidas pelo museu são também voltadas para o público de turistas.

10- No ano de 2019 46,8% do público visitante no Museu foi de pessoas de fora de Pelotas. No ano de 2020, em razão da pandemia, o museu ficou a maior parte do tempo fechado para visitantes. Ou seja, cerca de 53,4% dos visitantes no ano de 2019 foram de pessoas que estavam naquele momento morando em Pelotas.

11- Sim

11.1- No ano de 2019 começou-se a controlar o número de visitantes do museu de modo a estabelecer informações tais como procedência, idade e profissão dos visitantes a partir do registro em caderno de visitação na entrada do museu.

12- Sim

12.1- No ano de 2019 46,8% do público visitante no Museu foi de pessoas de fora de Pelotas. No ano de 2020, em razão da pandemia, o museu ficou a maior parte do tempo fechado para visitantes, não foi possível manter a contagem.

13- Sim

13.1- O Museu conta com equipe reduzida. Em razão de ser um museu universitário muitas das estratégias são pensadas a partir de interesses e possibilidades de atuação que envolvam professores, técnicos e discentes. Outras atividades, como a realização de visitas mediadas, são constantes e regulares. São exemplos de atividades:

- Realização de visitas mediadas com o público com preparação prévia (conversas e leituras formativas com os colaboradores, orientadas pela equipe do museu).

- Participação de estudantes do curso de turismo da UFPel com a realização de estágios curriculares que exploram as possibilidades do turismo junto ao museu. Nesse caso, o estágio, com toda uma documentação e processo de realização específico, demanda que cada participante tenha um planejamento pessoal em relação aos tipos de atividades que irá desempenhar.

- Preparação do museu para momentos do calendário em que haverá aumento exponencial de público: algumas celebrações como o dia anual do patrimônio cultural, a Fenadoce, feriados nacionais, costumam aumentar o número de visitantes oriundos de outras cidades, estados e países. Nesses momentos, costuma-se focar a atuação com a realização de visitas mediadas e eventos/ações culturais específicas. Em eventos como a Fenadoce em que o número de visitantes chega a se multiplicar por dez, há uma organização para a ampliação do número de mediadores que é realizada inclusive com o auxílio de outros órgãos da universidade, como a Pró-reitoria de Extensão e a Rede de Museus. Também ampliamos o horário de funcionamento do museu durante toda a Fenadoce para melhor receber o público formado por turistas. Parcerias institucionais também são possíveis. A comissão organizadora da Fenadoce em 2019, por exemplo, recebeu informações sobre o museu que pudessem ser repassadas ao público do evento. Nesse mesmo ano o museu realizou uma exposição sobre a história da Fenadoce que também foi divulgada para o público do evento, gerando mídia diversa e ampliando o número de visitantes.

- Materiais impressos com informações turísticas foram produzidos pela universidade, e o museu também costuma receber materiais impressos da secretaria de turismo de Pelotas que ficam disponíveis ao público. Toda a equipe do museu também recebe orientações gerais sobre informações estratégicas a respeito do funcionamento do próprio museu, de museus próximos que possam interessar os visitantes, ainda como de pontos turísticos mais destacados, informações essas que os turistas demandam de forma constante.

14- Sim

14.1- Já desenvolveu, por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão, ações conjuntas com a comissão organizadora da FENADOCE. Em celebrações culturais como o Dia do Patrimônio, Semana dos Museus, Primavera dos Museus, etc, são estabelecidas ações conjuntas com outros museus da cidade, com a Secretaria de Cultura de Pelotas, tendo também já sido realizadas atividades com colaborações de orgãos culturais em nível estadual. Atividades anuais, como a Semana dos Museus, que geram materiais e divulgação nacional dos museus participantes, costumam ser exploradas pelo Museu do Doce, o que gera uma circulação de informações em nível nacional.

15- Sim

15.1- Todos os visitantes do Museu do Doce, sejam estudantes, habitantes de Pelotas, ou visitantes oriundos de outras cidades, são compreendidos como pessoas potencialmente interessadas em conhecer ou ampliar seus conhecimentos sobre as tradições doceiras de Pelotas e da antiga Pelotas. Por esse motivo, sempre que possível, dedicam-se esforços para que esses visitantes possam explorar ao máximo o tema em sua visita no museu, seja por meio de visita nas salas de exposição, seja por conversa/visitas mediadas com a equipe, ou na continuação da experiência, já que os visitantes são convidados a continuarem a acompanhar o museu do doce em seus canais nas redes sociais, onde são veiculadas publicações temáticas relativas ao patrimônio representado pelo museu. É com essa circulação da informação e de conhecimentos que esse patrimônio continuará simbolicamente presente.

16- Sim

16.1- Por representar duas dimensões patrimoniais (compostas por seu casarão sede, um importante exemplar do ecletismo arquitetônico, além das próprias tradições doceiras) é principalmente a partir do contato com o público que a atualização da memória dessas duas dimensões se realiza. Se por um lado os visitantes locais possivelmente tenham mais possibilidade de chegar ao museu com pré-informações e conhecimentos sobre esses patrimônios, os turistas, ou visitantes externos, são potencialmente visitantes com maior pré-disposição a encontrarem novas informações e tipos de experiências que o museu especificamente irá a eles proporcionar. Cabe, no meio disso, e considerando todas as questões anteriores, refletir sobre qual perfil de turista se está falando. Há muitas pessoas que nasceram em Pelotas e tardiamente acabaram tendo seu primeiro contato com o patrimônio representado pelo museu, ao passo que visitantes oriundos de outros estados, e até mesmo países, muitas vezes já chegam ao museu com notável repertório sobre o patrimônio ali acessível. O cotidiano dessas relações com o público é bastante fluído, portanto, não seria exagero dizer que muitos locais que chegam ao museu, terão uma relação de surpresa e aprendizado tão intensa quanto a de turistas estrangeiros. Até que ponto é possível distinguir esses públicos?

17- Sim

17.1- A participação de estudantes do curso de bacharelado em turismo da UFPel rendeu excelentes interações entre o museu e essa área demonstrando na prática a importância.

18- Sim

18.1- Várias das parcerias citadas acima entre órgaos culturais e comissões organizadoras de eventos tinham como proposta tanto a divulgação cultural, como também o fomento ao turismo, muitas delas foram resultado de políticas públicas voltadas para o fomento da cultura e do turismo.

19- Elas podem ampliar o número de visitantes em museus, como também colaborar para que a experiência da visitação seja culturalmente mais rica e abrangente.

20- No momento estamos totalmente afetados pela pandemia de COVID-19 e as sucessivas ondas de contaminação tem tornado os próximos meses, e talvez anos, bastante imprevisíveis, de modo que projetos ligados ao turismo estão diretamente prejudicados, fenômeno que se observa em escala planetária.

21- Talvez a falta de políticas públicas ainda mais consistentes. Embora haja todo um rol de iniciativas, percebe-se que no seu conjunto essas iniciativas costumam ter caráter mais pontual, não compõem uma visão mais sistêmica de como o fenômeno do turismo se dá em espaços voltados para a cultura e o patrimônio, como é o caso do Museu do Doce. Também é notório que muitas inciativas no campo do turismo tenham viés excessivamente mercadológico, o que pode tolhir expectativas, ou limitar experiências que os turistas venham a ter nos museus. Já presenciamos grupos de turistas coordenados por guias turísticos que recebem orientações descontextualizadas sobre a história local, além de uma forma de condução da visita que beira a inadequação. Um trabalho de formação continuada com guias turísticos, por exemplo, poderia melhorar muito a experiência do público visitante do museu do doce e das demais atrações locais.

APÊNDICE C – Entrevista semi-estruturada respondida por Joana Soster Lizott

1- Joana Soster Lizott
2- 34
3- feminino
4- Bacharelado em Muselogia e História
5- 6 anos

6- Sempre

7- Sim

8- Não

9- Sim

9.1- Não possui diretrizes específicas, o plano foca na pesquisa de público e recepção, carências do museu atualmente.

10- De acordo com as assinaturas do livro de visitantes anos 2018-2019: Principalmente estudantes, seguidos de pessoas com curso superior; Pelotenses são a maioria, mas a porcentagem de pessoas de fora da cidade é considerável, média de 40%, especialmente de outras cidades do Rio Grande do Sul.

11- Não

12- Sim

12.1- 61%, mas esse número se baseia apenas nas assinaturas do livro de visitantes, quer dizer, apenas uma parte dos visitantes identifica a procedência. A contagem total (feita visualmente), dá uma diferença de ao menos 3000 pessoas que não assinaram o livro em 2019. Também foi o primeiro ano, desde que o levantamento é realizado (2015) que o número de visitantes de fora supera o de pelotenses, por isso, em comparação com outros anos, a maioria dos visitantes é de pelotenses.

13- Não

14- Não

15- Sim

15.1- Não posso responder por toda a gestão, então vou basear a resposta no nosso planejamento: o MALG entende sim os benefícios e a necessidade de se aprofundar nessa relação, especialmente após a mudança de sede. Contudo, não foi considerada uma prioridade no momento, de forma que o plano foca em outras demandas, incluindo o público da cidade.

16- Sim

16.1- Não posso responder por toda a gestão, então vou basear a resposta no nosso planejamento: Certamente traz benefícios, contudo a relação com o público local é a prioridade no momento.

17- Sim

17.1- Não posso responder por toda a gestão, então vou basear a resposta no nosso planejamento: um turismólogo contribuiria muito para o museu, já tivemos experiência com acadêmicos do curso de Turismo, e seria fundamental para o planejamento estratégico em relação aos públicos do museu. Contudo, temos uma defasagem de pessoal, dois servidores aposentados e um redirecionado cujas vagas não foram preenchidas... a prioridade é a reposição dessas vagas.

18- Não

19- Como o público de turistas não estava entre as prioridades, não estou atualizada nas políticas públicas específicas. Contudo, de uma forma geral, a política pública, desde que alinhada com o planejamento estratégico, e com o entendimento que o museu tem de si mesmo, possibilita a realização das ações estabelecidas. Entendo a política pública como uma ferramenta, que está em construção e atualização constante, e que precisa ser pensada aliada ao planejamento de cada instituição. Campanhas de incentivo à visitação por exemplo, podem aumentar o número de turistas, mas no caso do MALG por exemplo, esse turista acaba não tendo um atendimento pensado pra ele, carecemos muito de treinamento, articulação com outros espaços da cidade (mesmo outros museus da universidade), mediadores, ou mesmo material em outras línguas. O atendimento ao público (em geral, não só turistas) é um dos maiores problemas do MALG no momento.

20- Especificamente para turistas em curto prazo não. O que há é um direcionamento dos esforços em melhorar o atendimento aos públicos do museu e no estudo de que públicos são esses. Como primeiro plano museológico do MALG, o planejamento para os próximos dois anos ainda envolve o levantamento de dados básicos, que o museu não possui. Acredito que o público turista vai ser o foco na rediscussão do plano, quando conseguirmos vencer as primeiras etapas de reestruturação e autoconhecimento internos.

21- Como não realizamos um estudo específico, vou colocar a impressão de acordo com a experiência. Primeiro acho que a falta de planejamento estratégico, as parcerias não tinham um planejamento em si, e no caso do turismo acredito que elas sejam bastante necessárias (estamos tentando mudar isso com o plano museológico). Ligado a isso está a falta de conhecimento dos nossos públicos, por isso o estudo de público é uma prioridade. A divulgação do museu, que também precisa melhorar, também precisa estar atrelada ao planejamento. Segundo coloco as questões operacionais, digamos assim, a falta de pessoal no museu é um dos nossos maiores problemas. A falta de recursos para a produção de materiais ou ações específicas é um problema, mas é algo que pode ser sanado com parcerias e um pouco de criatividade. A falta de pessoal afeta todo o funcionamento, não só do atendimento aos públicos, é uma das maiores dificuldades.

APÊNDICE D – Entrevista semi-estruturada respondida por João Iganci

1- João Iganci
2-
3-
4- Biologia
5- 4 anos

6- Sempre

7- Não

8- Sim

8.1- Não apresenta de forma direta, mas visa proporcionar um espaço cultural, de educação ambiental e de divulgação científica para todos os interessados, inclusive turistas.

9- Sim

9.1- Da mesma forma.

10- Crianças em grupos escolares.

11- Sim

11.1- Através da comparação do número de visitantes individuais (que em maioria são turistas) e de visitantes em grupos de escolas nos anos anteriores e posteriores à mudança de sede do museu. Após mudar para o novo endereço junto à Praça Cel. Pedro Osório, o museu teve um grande crescimento no número de visitantes individuais e nos livros de visitas é possível perceber claramente o aumento de visitantes turistas, inclusive de outros estados e países. Isto se dá pela maior visibilidade do museu no novo endereço e pelas campanhas de publicidade veiculadas nos últimos anos não somente nos jornais locais, mas também na Zero Hora.

12- Sim

12.1- Hoje o público de turistas chega perto de 50% dos visitantes, quase atingindo o número de visitantes em grupos (escolares). Antes da mudança de endereço, recebíamos pouquíssimos turistas.

13- Sim

13.1- Todas as ações, incluindo exposições temporárias e outras atividades são programadas para o público em geral, inclusive os turistas.

14- Sim

14.1- Esporadicamente em eventos específicos. Por exemplo, a exposição sobre o legado de C. Ritter para a indústria cervejeira teve colaboração da Bibliotheca Pública Pelotense, que nos emprestou duas pedras litográficas com rótulos originais da cervejaria, para exibição durante nossa exposição.

15- Sim

15.1- Sem dúvidas. É uma relação íntima e de duas vias. Os turistas fazem grande parte do público dos museus e os museus alimentam a cidade com mais atrativos para receber os visitantes.

16- Sim

16.1- A ampliação de ofertas culturais atinge não somente os turistas, mas também a comunidade local. Com mais atrações de qualidade atrairemos mais turistas e ao mesmo tempo beneficiaremos a população local.

17- Sim

17.1- Sim, porém antes necessitamos de um museólogo (em processo de contratação), um biólogo pelo caráter do museu, um conservador, para a manutenção do acervo e um educador para desenvolver mais atividades recreativas.

18- Sim

18.1- Apenas editais para fomento de projetos de extensão e organização de eventos, que terminam sendo um incentivo ao turismo por produzir exposições e eventos de interesse para o público geral.

19- As que eu conheço, não são direcionadas para o turismo, mas sim apoio aos museus de forma geral.

20- Receber uma sede própria que permita aprovar projetos de maior valor e executar ações estruturais, desde que esta sede permaneça no centro histórico da cidade de Pelotas.

21- Recursos financeiros.

APÊNDICE E – Entrevista semi-estruturada respondida por Diego Lemos Ribeiro

1- Diego Lemos Ribeiro
2-41
3- Homem
4- Museologia
5- 12 anos

6- Sempre

7- Não

8- Não

9- Não

10- Turistas e moradores da zona rural.

11- Sim

11.1- Anualmente. Verificamos no livro de assinaturas o local de residência dos visitantes.

12- Sim

12.1- Uma média de 15% de moradores de fora de Pelotas; contudo, se contarmos o turismo dentro da própria cidade (turismo rural), chega-se a 90%.

13- Não

13.1- Depende... Se levarmos em conta o turismo rural, dentro da cidade de Pelotas, parte das nossas atividades são direcionadas a não-moradores da zona rural.

14- Não

15- Sim

15.1- Em partes, se consideramos o público da cidade como turismo rural, sem dúvidas; se apenas o turismo de fora da cidade, não muito.

16- Sim

16.1- O turismo, caso seja planejado de forma sustentável, pode gerar inúmeros benefícios. No caso do turismo rural, gera aquecimento na economia, eleva-se a autoestima da comunidade, envolve as pessoas, gera emprego, etc.

17- Nunca havia pensado na possibilidade.

17.1- No caso do Museu Gruppelli, já tivemos turismólogo envolvido no projeto. Foi uma boa experiência. Mas como o projeto que coordeno tem um funcionamento muito particular, cuja equipe é composta basicamente por estudantes, torna-se complicado ter um turismólogo.

18- Não

19- Fomenta-se o debate; abre-se linhas de financiamento; cria-se instrumentos para formação.

20- Não, mas parece-me uma boa ideia.

21- Como disse antes, no caso do Museu Gruppelli, depende. Se considerarmos o fluxo de pessoas dentro da própria cidade, já recebemos um bom público de turistas.

APÊNDICE F – Entrevista semi-estruturada respondida por Janaína Vergas Rangel

1- Janaína Vergas Rangel
2- 29
3- feminino
4- Museologia
5- 6 anos

6- Sempre

7- Sim

8- Não

9- Não

9.1- *Estamos trabalhando no plano museológico junto a administração.

10- Escolar e turistas

11- Sim

11.1- realizamos a estatística através do livro de visitas.

12- Sim

12.1- 40%

13- Sim

13.1- são elaboradas visitas especiais, material de divulgação e atividades especiais.

14- Sim

14.1- Pelotas Turismo e Secult

15- Sim

15.1- Por isso realizamos diversas atividades e materiais voltados a esse público.

16- Sim

16.1- Gerando emprego e renda, fomentando a cultura.

17- Sim

17.1- sim, assim como outros profissionais. Infelizmente a instituição é privada e trabalha com poucos recursos o que impossibilita a efetivação de profissionais de outras áreas. Hoje buscamos estagiários e parceiros para contribuir com nossas ações.

18- Não

19- Para pensar em estratégias de divulgação, parcerias, promover atividades.

20- Sim, sempre pensamos em estratégias para melhorar a comunicação com nosso público, principalmente os turistas.

21- A falta de verba prejudica bastante, mas mesmo assim conseguimos desenvolver diversas atividades e atrair um público maior a cada ano. Esse ano em meio a pandemia estamos conseguindo desenvolver nossas atividades nas redes sociais, firmando parcerias. Acreditamos que mesmo na dificuldade obtivemos êxito.

APÊNDICE G – Entrevista semi-estruturada respondida por Luciana da Silva Peixoto

1- Luciana da Silva Peixoto
2- 54
3- Feminino
4- História - Memória Social e Patrimônio Cultural - Arqueologia
5- 11 anos

6- Regularmente

7- Não

8- Não

9- Não

10- Turistas.

11- Não

12- Não

13- Não

14- Sim

14.1- Prefeitura municipal e Universidade Federal de Pelotas.

15- Sim

15.1- O Museu está localizado na zona rural, o turismo é uma das únicas fontes de visitantes.

16- Sim

16.1- A comunidade do entorno do museu é produtora de vinhos e produtos coloniais, com pequena rede de distribuição. O aumento do turismo na localidade ajudaria a aumentar as vendas e melhorar as condições econômicas da comunidade.

17- Nunca havia pensado na possibilidade.

17.1- Pensamos sempre em ter museólogos e deixamos a questão do turismo por conta das políticas públicas. Como o Museu é muito pequeno e não tem recursos, a contratação de qualquer profissional não é possível.

18- Sim

18.1- Não sei se pode ser considerado política pública, mas em algum momento (há alguns anos) foi realizado um mapeamento dos pontos turísticos da região da colônia, que incluía os museus. Este mapeamento deu origem a um material impresso (mapa cultural) de divulgação desses locais, e também uma publicação online. Este material foi distribuído como forma de fomento ao turismo. Atualmente não tenho conhecimento de qualquer política pública em ação.

19- Não vejo grande contribuição.

20- No momento estamos apenas tentando reabrir o museu que teve seu prédio parcialmente destruído por ação da chuva.

21- A falta de corpo técnico.

APÊNDICE H – Entrevista semi-estruturada respondida por Fabiane Rodrigues Moraes

1- Fabiane Rodrigues Moraes
2- 43
3- Feminino
4- Bacharelado em Conservação e Restauro - UFPel
5- 11 anos, entre idas e voltas. De estagiária- atualmente diretora

6- Sempre

7- Sim

8- Não

8.1- Temos regimento. está na procuradoria do município para ser analisado e aprovado.

- Art 12° Da visitação: O museu estará aberto à visitação pública de terça a sexta, das 13h30min às 18h, e sábados e domingos das 14h às 18h, sendo que a bilheteria fechará às 17h30min.

- Parágrafo único: a instituição não estará aberta nas seguintes datas: Confraternização Universal, pleito eleitoral, Natal, Dia dos Pais, Dia das Mães, Páscoa, Finados, terça de Carnaval e Dia do Trabalhador. Nos demais feriados, abrirá com o horário de fim de semana.

- Art 13° A visitação ao museu darse-á mediante pagamento do ingresso disponível na portaria. O valor do ingresso poderá ser ajustado conforme determinação dos órgãos competentes.

- Pagam meia entrada: estudantes, professores e pessoas com mais de 60 anos, devidamente comprovado.

- Não pagam ingresso: crianças de até 12 anos acompanhadas de um adulto pagante, funcionários públicos municipais de Pelotas, grupos de professores e alunos de escolas públicas, pessoas com deficiência e seu acompanhante e guias turísticos, todos com a devida comprovação.

- Parágrafo único – Passe Livre - poderá ser feito em dias comemorativos, conforme determinação da equipe técnica, assim como, ficará estipulado o último sábado do mês com entrada franca para todos os visitantes.

- Art. 14° Alcançada a capacidade máxima interna de visitação do museu,(em torno de 30 pessoas circulando ao mesmo tempo) a entrada de novos visitantes será controlada pelos funcionários da portaria

- Art 15° a todos os visitantes serão assegurados os direitos de usufruir dos serviços do museu, solicitar informações sobre as atividades, apresentar sugestões, criticar ou reclamar, visando melhorias no serviço prestado.

- Parágrafo único – o museu disponibilizará livro de sugestões, críticas e reclamações em local visível e de fácil acesso ao visitante, sem prejuízo de outros meios, como, telefone, e-mail e website.

- Artigo 16° - são deveres dos visitantes: fazer bom uso das instalações e dos equipamentos da instituição; contribuir para o bem estar dos demais visitantes; respeitar e acatar as orientações feitas pelos funcionários do museu.

- Artigo 17° são restrições aos visitantes do museu:

Permanecer desacompanhado de pais ou responsáveis, se menores de 12 anos;

Consumir qualquer tipo de alimento ou bebida dentro do museu;

Fumar nas áreas do museu;

Ultrapassar os cordões de isolamento;

Fotografar com flash;

Sentar ou tocar nos móveis;

- Parágrafo único: refere-se à entrada de animais no interior do museu. Não é permitida a entrada de animais no museu, salvo cão guia, desde que conduzido com coleira e guia.

- Art. 18° Dos grupos agendados. Nos agendamentos, serão atendidos no máximo, 90 pessoas por dia, divididas em grupos de 15 para a monitoria de terça a sexta, no turno da tarde, e estes agendamentos serão feitos pelo e-mail museudabaronesa@gmail.com .

- Atr. 19° O museu disponibilizará um dia da semana, sexta-feira, para abrir e receber visitantes no turno da manhã. Uma vez ao mês, última quarta-feira, para agendamentos noturnos. (mediante a presença de guarda municipal)

- Art.. 20° Em caso de atraso de mais de 15 minutos do agendamento, a monitoria poderá não ser realizada, mas os visitantes serão, igualmente, divididos em grupos de 15 pessoas e entrarão sozinhos.

- Parágrafo único: em caso de imprevisto, como pneu do ônibus furado, acidente na estrada, etc. que possa vir a ocasionar o atraso, desde que o responsável pelo grupo avise antes do horário do início de sua visita, nesse caso se a equipe estiver disponível, a monitoria começará mais tarde. (atraso com almoço ou em outro local agendado não será motivo para atrasar a monitoria aqui, assim seguira a tolerância de 15 minutos).

9- Sim

9.1- Temos plano museológico, esta na procuradoria do município para ser analisado e aprovado. Só existe essa informação:

- O museu está aberto de terças a sextas, das 13h30 às 18h; sábados, domingos e feriados (há exceções), das 14h às 18h; durante a Fenadoce, em finais de semana e feriados, das 10h às 18h. Para visitação de grupos com mais de 10 pessoas é necessário agendar previamente; nesses casos as visitas são monitoradas.

- O ingresso custa R$ 5,00 por pessoa - crianças até 12 anos não pagam, estudantes e pessoas acima de 60 anos pagam meia-entrada. Acesso gratuito para escolas públicas, entidades assistenciais e portadores de necessidades especiais.

10- O perfil dos visitantes é bem variado: em torno de 40% dos visitantes são estudantes de Pelotas e de outras cidades do Estado, recebidos por mediadores; entre 30 e 40% são pelotenses e os outros são turistas, a maioria do Rio Grande do Sul, mas também de outras regiões do país e do exterior.

.

11- Sim

11.1- O controle é feito na portaria no caderno de visitantes ,depois é passado para uma planilha.

12- Não

13- Não

14- Não

15- Sim

15.1- Um trabalho de estudo ou de aperfeiçoamento de monitorias e da história do museu ajudaria para que os visitantes não repitam o discurso do museu da elite. Buscar no museu um local não só de opção de visita, mas ter o museu como parceiro de atividades. Isso traria mais visitantes.

16- Sim

16.1- Reforço a resposta à pergunta anterior, pois com um turismo que entenda como o museu está atuando, pode oferecer atividades para o público interno.

17- Sim

17.1- um profissional que desse uma visão da cidade e da instituição, para além da museologia.

18- Não

19- As ações do museu são aprovadas pela gestão administradora, como o acesso de entrada gratuita, de metade de ingresso, assim como a manutenção da instituição dentro do que é permitido para o seu funcionamento.

20- Não

21- O museu da baronesa não tem um plano direcionado para turismo, nossas atividades são oferecidas pelas redes sociais e por e-mail para algumas escolas da cidade e de fora. Como já havia comentado, não se tem um trabalho com agências nem com o setor de turismo da prefeitura, do museu pra o Sdet, e sim da SDET para o museu. Com eventos como o City tour.

APÊNDICE I – Entrevista semi-estruturada respondida por Carolina Silveira Régis

1- Carolina Silveira Régis
2- 38 anos
3- Feminino
4- Matemática e especialização em psicopedagogia
5- 6 anos

6- Regularmente

7- Já teve, porém atualmente não conta com o profissional na grade de funcionários.

8- Não

8.1- Possuímos somente diretrizes amplas que contemplam todos os grupos de visitantes.

9- Sim

9.1- Somente diretrizes que contemplam todos os tipos de visitantes.

10- estudantes

11- Sim

11.1- O museu contou com uma aluna do curso de turismo que realizou em seu estágio esse mapeamento.

12- Sim

12.1- De 30% a 40%

13- Sim

13.1- Possui contato com guias de turismo e agências para divulgar exposições e outros eventos que costumam acontecer no museu.

14- Sim

14.1- DNIT, IBAMA, PATRAM.

15- Sim

15.1- Uma troca de conhecimento interdisciplinar com diferentes culturas, construindo, assim, um conhecimento muito rico. Alunos do turismo e outros podem realizar aulas práticas e desenvolver projetos nesses ambientes.

16- Sim

16.1- Principalmente para o comércio local. Ex: Hotelaria e restaurantes. Gerando emprego para o Município.

17- Sim

17.1- Esse profissional poderia treinar nossos monitores para receberem esse grupo específico de público e desenvolver estratégias e projetos para aumento do percentual de turistas no museu.

18- Sim

18.1- Como foi mencionado em cima, aumento por procura pelo comércio local.

19- Aumento de oferta de empregos.

20- Desenvolver mais parcerias com os cursos de turismo, história ,português comunicação visual e outros para que seja desenvolvido trabalhos de pesquisa e extensão no museu, melhorando assim o atendimento aos nossos turistas.

21- Falta de profissionais como museólogo para desenvolver mais ações.

APÊNDICE J – Entrevista semi-estruturada respondida por Matheus Cruz

1- Matheus Cruz
2- 37 anos
3- Masculino
4- Museologia
5- 7 anos

6- Regularmente

7- Sim

8- Não

9- Sim

9.1- Não

10- Escolar, local e turistas, nessa ordem

11- Não

12- Sim

13- Não

14- Não

15- Sim

15.1- Considerado o senso comum acerca do turismo, sim, a relação seria profícua considerando que o turismo geraria público.

16- Sim

16.1- Da mesma forma que a anterior, o senso comum aponta para o fato de que o turismo pode ser uma forma de aquecer a economia, considerando a oferta de produtos e serviços.

17- Sim

17.1- Estudantes de turismo realizaram seus estágios obrigatórios no museu e além de bem avaliados eles realizaram um trabalho interessante quanto a aproximação do museu com a secretaria municipal de cultura e o curso de

bacharelado em turismo da universidade. Infelizmente as ações foram impedidas por conta da emergência sanitária atual.

18- Não

19- Não sei

20- No horizonte próximo não há nenhuma ação que vise especificamente a atuação direta com o público turista.

21- No caso do museu do doce a equipe exígua dificulta muito o acesso que a instituição tem às discussões e ponderações acerca da relação entre museus e turismo.